



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Beatriz Rodovalho Amaral

**A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação
em Serviço Social do Distrito Federal**

Brasília, 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Beatriz Rodovalho Amaral

**A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação
em Serviço Social do Distrito Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado para obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob
orientação da Profª. Drª Adrianyce Angélica Silva de
Sousa.

Brasília, 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Beatriz Rodovalho Amaral

**A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação
em Serviço Social do Distrito Federal**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª Adrianyce Angélica Silva de Sousa

Orientadora SER/UNB

Prof^ª. Dr^ª Daniela Neves

SER/UnB

Prof^ª. Dr^ª Morena Marques

SER/UnB

AGRADECIMENTOS

A Deus por me iluminar e fortalecer todos os dias.

À minha família, meu pai Roberto pelo apoio e incentivo.

À minha mãe Sônia, amiga e companheira, pelo amor, carinho e paciência, por sempre respeitar as minhas escolhas e acreditar no meu potencial.

Ao meu irmão Vítor, pela amizade e cumplicidade que nos cerca, obrigada por sempre despertar em mim novos questionamentos e inquietações, seu incentivo foi fundamental.

Ao Kaihan, por ter sido paciente e me encorajado durante todo esse processo, me apoiando e amando.

Em especial à professora Adrianycce, minha fonte inspiradora para a escolha e interesse pelo tema, pelo seu companheirismo, carinho, compreensão e cumplicidade, sem a sua contribuição substantiva e sem os momentos de suspensão nos quais partilhamos nas orientações esse processo teria sido muito mais árduo e delicado.

Aos meus amigos Lara, Ana Laura, Regis e minha prima Carol, que são essenciais e tornam a vida mais leve e alegre.

À minha amigona, colega de profissão e irmã por opção, Ana Paula Penante, por cada momento, descobertas e experiências que partilhamos durante a graduação, pelo seu carinho, cuidado e amor para com a nossa amizade.

A todos os colegas de graduação, pelos ricos momentos partilhados em sala de aula.

Às professoras Daniela Neves e Morena Marques por aceitarem cordialmente o convite para contribuir nessa etapa da minha formação.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória na UnB.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS), pelos profundos debates e reflexões, proporcionando meu amadurecimento enquanto futura assistente social.

Aos docentes e discentes que se disponibilizaram a participar da pesquisa, colaborando para o aprofundamento do debate acerca da ética.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe a análise de como se dá a abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal. A pesquisa teve como objetivo identificar a compreensão dos docentes e discentes acerca da dimensão ética, bem como investigar se e como o debate sobre os fundamentos ontológicos da ética está sendo garantido no trato das disciplinas. O nosso trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionários junto aos docentes e discentes da Universidade Católica de Brasília, do Projeção, do Instituto de Educação Superior de Brasília e da Universidade de Brasília. A amostra da pesquisa contemplou 88 questionários respondidos. Desses 88 sujeitos da pesquisa, 84 eram discentes e 4 eram docentes. Dos 84 discentes, 65 estavam cursando a disciplina de ética quando o questionário foi aplicado e 19 já haviam passado pela disciplina. Assim, trazemos aqui um conjunto de questões que permeiam e problematizam a formação profissional em Serviço Social, sob uma necessária reflexão ética.

Palavras – chave: Ética, Serviço Social, Formação.

ABSTRACT

This Project of Course Conclusion aims an analysis of how the ethics disciplines have been taught in regular Social Service graduation courses in Distrito Federal. The objective of the research is to identify the comprehension of teachers and students about the ethic dimension, as well as to investigate if and how the debate around the ontological fundamentals of ethics has been guaranteed through the disciplines. Our Project methodology was developed using bibliographic revision and application of formularies with teachers and students of “Universidade Católica de Brasília”, “Projeção”, “Instituto de Educação de Brasília” and “Universidade de Brasília”. Therefore, 88 formularies were answered, 65 from students attending the ethics discipline, 19 from students that had already finished the discipline and 4 from teachers that offered the discipline. Thereby, we discuss a group of questions which permeates and problematizes the professional formation in Social Service through a necessary ethical reflection.

Keywords: Ethics, Social Service, Formation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: Capitalismo e Barbárie.....	13
1.1 Humanismo e Capitalismo.....	14
1.2 Barbárie Contemporânea.....	26
CAPÍTULO II: Ética e Serviço Social.....	36
2.1 O ethos tradicional.....	37
2.2 A ética e a perspectiva ontológica	52
CAPÍTULO III: Ética na Formação Profissional.....	59
3.1 A dimensão ética na formação profissional.....	60
3.2 A dimensão ética: uma análise das disciplinas de ética.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
APÊNDICES.....	91
Apêndice 1: Carta de apresentação entregue às instituições.....	91
Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	92
Apêndice 3: Questionário entregue aos docentes.....	93
Apêndice 4: Questionário entregue aos alunos que estavam cursando a disciplina de ética.....	96
Apêndice 5: Questionário entregue aos alunos que já haviam cursado a disciplina de ética.....	98

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso possui como objetivo central analisar como vem sendo a abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais¹ de graduação em Serviço Social do Distrito Federal.

O interesse pelo tema surgiu quando cursei a disciplina de Fundamentos Éticos e Ética Profissional na Universidade de Brasília. Desde então tive a oportunidade de realizar uma aproximação do debate acerca dos fundamentos ontológicos da ética e do debate ético dentro do Serviço Social. A minha inserção no campo de estágio na área da saúde também foi fundamental para a escolha do tema, pois foi por meio desta vivência que pude compreender claramente a importância da reflexão ética.

Ao pensar a questão da ética, deve-se ter como premissa a sua inserção na totalidade social, por se tratar de um fenômeno concreto nos processos históricos. A ética deve ser compreendida como mediação e como práxis que atravessa a totalidade social, com reflexões e ações conscientes acerca da moralidade dominante. Assim, o trabalho ontológico é a base para o livre desenvolvimento humano, ou seja, é por meio do trabalho que o homem se socializa, se transforma, satisfaz as suas necessidades, constrói a sua consciência, se autoconstrói, se relaciona e transforma a natureza.

A ética como um fenômeno histórico e social, é apropriada do ponto de vista teórico-conceitual e atravessa a prática profissional do assistente social em diversos contextos sócio-históricos. Contudo, na origem da profissão, a dimensão ética se dá de uma forma limitada, devido ao conservadorismo próprio deste surgimento que não estimula reflexões e nem processos de suspensão da cotidianidade.

Inicialmente o Serviço Social foi influenciado pelo neotomismo², que implicava em ações voltadas para o amor ao próximo, à caridade, à fraternidade, tendo como referência a preparação da redenção do indivíduo após a morte. O pensamento conservador católico norteou o Serviço Social brasileiro até a década de 1970.

¹ Tratamos dos cursos presenciais por entendermos o processo de luta recente que o Serviço Social brasileiro vem travando no sentido da crítica ao ensino à distância, por esse motivo temos como referência os cursos presenciais como unidade de formação.

² Vale ressaltar que o neotomismo foi a tônica deste período histórico, mas o Serviço Social estabeleceu outros vínculos teórico-metodológicos (positivismo, funcionalismo, fenomenologia), que serão aprofundados no decorrer do trabalho.

Nos anos 60/70, inicia-se um processo de dissolução das bases tradicionais que sustentaram o Serviço Social até então, abrindo caminho para uma vertente crítica. Contudo, foi uma parcela minoritária da profissão que aderiu a esta “intenção de ruptura” (Netto, 1996), iniciando-se experiências voltadas ao compromisso com a classe trabalhadora. Neste período há uma aproximação com o marxismo e também com a militância, com o objetivo de galgar outra lógica profissional que redundará numa nova ética profissional.

É a partir dos anos 80, marcado pelo III CBAS (1979), que se tem um amadurecimento teórico, ético e político do Serviço Social, buscando-se uma nova moralidade para a profissão. Contudo, apesar destes ganhos significativos para a profissão, observa-se que a concepção de ética permanece praticamente inalterada.

O debate acerca da ética começa a ganhar espaço na profissão apenas na década de 90, principalmente devido ao contexto histórico e ao próprio acúmulo teórico e político do Serviço Social, que propiciou a apreensão das bases ontológicas da teoria social de Marx, superando-se o marxismo vulgar.

Na década de 90 observa-se um agravamento das expressões da “questão social”, por meio do estímulo à competitividade, do acirramento da pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores, a qual submete milhares de pessoas à situação de pobreza extrema, excluindo os trabalhadores do mercado de trabalho e incluindo-os no exército industrial de reserva.

A compreensão dessas transformações, que são necessárias ao modo de produção capitalista, que visa atualizar as suas formas de exploração, bem como a busca por novas saídas para as suas contradições, inerentes a este sistema, fizeram com que o Serviço Social desenvolvesse uma nova consciência em relação à ética, passando a ter lugar, mesmo que limitado, nas discussões em diversos espaços do Serviço Social.

Analisando essas transformações no interior da formação profissional em Serviço Social, observam-se mudanças significativas que apontam para uma análise crítica do modo de produção capitalista e suas contradições, para a compreensão do cotidiano como uma esfera insuprimível e ontológica, mas que deve ser suspendida em diversos momentos, tanto da formação, quanto da prática profissional para uma reflexão ética, de forma que as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política sejam apreendidas em consonância com os fundamentos ontológicos do ser social.

A dimensão ética apreendida pelo Serviço Social está expressa claramente nas Diretrizes Curriculares de 1996, que coloca essa dimensão como um dos seus eixos fundamentais, que deve ser abordada em uma perspectiva de totalidade, atravessando todo o processo de formação acadêmica.

Neste sentido, entendemos a atualidade e relevância dessa pesquisa que possibilitará uma análise de como a ética vem sendo abordada nos cursos de Serviço Social do DF, observando se os fundamentos ontológicos estão sendo garantidos no trato das disciplinas; analisando qual o aporte teórico-metodológico utilizado pelos professores no debate da ética; apreendendo qual a percepção dos discentes acerca dos fundamentos da ética e da ética profissional; compreendendo, a partir da visão dos docentes e discentes a transversalidade ou não da ética na formação, seguindo-se das problemáticas e consequências disso para a formação profissional.

Para isso, na nossa pesquisa foram utilizadas técnicas de cunho qualitativo, centradas fundamentalmente na análise bibliográfica e na coleta de dados junto aos docentes e discentes, que foi feita por meio de questionário aplicado diretamente com os sujeitos da pesquisa. A aplicação dos questionários foi antecedida pelo contato com as coordenações de curso e com os docentes que ministram as disciplinas, de modo a esclarecer e conseguir o assentimento para a pesquisa.

No Distrito Federal, segundo os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, existem 8 cursos presenciais de Serviço Social, são eles: UnB, UCB, FACEB, Unisaber, UNIP, Projeção, IESB e FE. Nosso objetivo inicial era abarcar uma amostra de alunos e docentes de todos os cursos, contudo, em 2 instituições (FE e Unisaber), o curso era recém implantado e ainda não possuía a disciplina de ética, na UNIP e FACEB não conseguimos retorno das coordenações de curso, nem mesmo contato com o curso. Sendo assim, a pesquisa foi realizada nas seguintes instituições: Universidade Católica de Brasília - UCB (Taguatinga), Projeção (Guará), Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (Ceilândia) e Universidade de Brasília - UnB (Asa Norte).

Nossa amostra contemplou 88 questionários respondidos. Desses 88, o total de discentes foram 84 e de docentes foram 4. Dos 84 discentes, 65 estavam cursando a disciplina de ética nas unidades de formação: UCB, Projeção, IESB e UnB; 19 já haviam cursado a

disciplina de ética nas faculdades: UCB e UnB. Em termos dos docentes, 4 responderam, sendo eles professores da UCB, Projeção, IESB e UnB.

Para a realização dessa pesquisa encontramos algumas dificuldades, como: entrar em contato com os coordenadores e professores do curso de Serviço Social das faculdades e a demora na viabilização da pesquisa; a falta de recursos financeiros para se deslocar mais de uma vez a tais faculdades, por isso a redução no número de questionários respondidos pelos alunos que já haviam cursado a disciplina de ética; sem contar a inviabilização da nossa pesquisa em uma faculdade (UNIP), na qual entramos em contato diversas vezes, contudo não retornaram e nem demonstraram interesse.

Outro aspecto relevante e que deve ser levado em consideração é que este tema é objeto de pouco interesse e de poucas pesquisas no curso de Serviço Social, o que naturalmente faz com que tenhamos pouca produção na área, o que dificultou no acesso a materiais para a realização da pesquisa.

A pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros éticos, orientados pela lei 8.662 de junho de 1993, bem como pelas resoluções nº 273 de março de 1993 e as resoluções que alteram quais sejam a de nº 290 e nº 293, ambas de 1994. Assim, garantiu-se que todo o desenvolvimento da pesquisa se desse em conformidade com o Código de Ética da Profissão. Em termos de procedimentos, foi mantido o sigilo à identidade de cada docente e discente, todos eles foram esclarecidos acerca da finalidade deste estudo, qual o seu tema e como se daria a sua realização; depois de informados, tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os envolvidos também foram esclarecidos quanto a devolutiva dos resultados dessa pesquisa, que será feita por meio digital aos interessados.

Nestes termos, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Capitalismo e Barbárie*”, resgatamos alguns aspectos sócio-históricos fundamentais para o surgimento da moderna sociedade burguesa, bem como a sua transição para o conservadorismo, desembocando em processos alienantes e na barbarização da vida social.

No segundo capítulo, intitulado “*Ética e Serviço Social*”, destacamos as bases para o surgimento do Serviço Social, bem como o seu processo histórico de amadurecimento, por meio das sucessivas aproximações e apropriação das bases ontológicas próprias da teoria social de Marx.

No terceiro capítulo, intitulado “*Ética na formação profissional*”, destacamos a dimensão ética na formação profissional, como elemento transversal e formativo a partir da percepção de discentes e docentes, apresentando e analisando os dados obtidos na pesquisa.

CAPÍTULO 01:

Capitalismo e Barbárie

1.1 Humanismo e Capitalismo

Para compreendermos as contradições que perpassam a dimensão ética na atualidade, faz-se necessário retomar alguns aspectos sócio-históricos fundamentais que estão na base do surgimento da moderna sociedade burguesa e o seu processo de transição para o conservadorismo que resulta em um contexto de barbárie social. Sendo assim, compreendemos que somente por meio da análise da estrutura do capitalismo e dos valores difundidos por este sistema na atualidade que teremos a possibilidade de entendermos a inserção do Serviço Social neste movimento, bem como situar o debate da ética neste processo. Como ponto de partida, compreendemos que “a sociedade é uma totalidade organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias” (Barroco, 2010, p. 25).

Tendo como base a sociedade na sua totalidade, podemos afirmar que o que difere o homem dos demais animais da natureza é a sua capacidade de prévia ideação, ou seja, de refletir antes de agir, o que é fundamental no processo de transformação da natureza pelo homem. E é por meio do trabalho que o indivíduo se constrói, transforma a natureza para atender determinadas necessidades e se transforma, adquirindo novos conhecimentos e novas habilidades. “O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes” (Barroco, 2010, p. 27).³

Pressupomos o trabalho de um modo que assinala como exclusivamente humano. Uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão, e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (Marx *apud* Braverman, 1987, p. 49-50)

Podemos observar o processo de desenvolvimento do ser social por meio do trabalho nas comunidades antigas, que são anteriores à escravidão e ao feudalismo, em que, de acordo com Conte (1976), a posse coletiva da terra era o principal meio de produção e sustento dos membros da coletividade, tornando-se central para que os indivíduos se relacionassem e

³“O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano” (Braverman, 1987, p. 56).

estabelecessem vínculos, dessa forma cada um exercia funções específicas dentro da comunidade.

O indivíduo dependia da propriedade para prover o seu sustento, assim como a comunidade dependia do trabalho de cada indivíduo para a sua reprodução. Ou seja, o indivíduo trabalhava não só para se manter e para manter a sua família, mas também para ajudar na manutenção da comunidade.

Nessas comunidades, a produção se configurava como perpetuação da existência dos próprios indivíduos, sem a necessidade de uma ação coercitiva ou violenta para que estes produzissem, pois a produção assegurava o seu usufruto sobre a terra, de forma a prover o seu próprio sustento e a beneficiar tanto a comunidade quanto a propriedade coletiva.

Já as sociedades marcadas pela dominação, o seu surgimento só será possível a partir da constituição do excedente, que reorganiza a produção e redefine as próprias relações sociais, o que explica o porquê do excedente ser destinado ao senhor, que é proprietário da terra e o centro único de poder na sociedade feudal, pois é ele quem dita as regras dentro da sua propriedade.

A servidão está diretamente ligada às exigências econômicas do senhor feudal, consistindo tanto em produtos da terra quanto em produtos artesanais produzidos pelo trabalhador e sua família, sendo também, a família alvo da exploração do senhor feudal.

Por outro lado, também é marca deste período o peso da Igreja Católica, que dominava o cenário religioso, infundindo valores e moldando a forma de pensar, de agir e de viver da população. Como a sociedade era bastante estática e hierarquizada, a ideologia cristã se espalhava com bastante facilidade, de forma que foi enraizada nas relações feudais, colaborando para aumentar a alienação e a supervalorização da propriedade privada nas relações hierárquicas.

No feudalismo, o servo, além de produzir o necessário para a sua subsistência era obrigado a produzir a mais para o seu senhor, tendo que levar o excedente para o mercado para comercializar por equivalentes, o que fez com que os camponeses passassem a ter um contato direto com o mercado, suas movimentações e as suas relações de preço. A inserção do produtor no mercado foi uma tentativa de frear a crise da relação feudal, contudo, foi por

meio desta inserção que a crise foi aprofundada, pois a unidade dos feudos já não era mais a mesma (Conte, 1976).

Esse processo de troca de equivalentes - que futuramente desenvolverá o equivalente geral, ou seja, o dinheiro - foi fundamental para a crise do feudalismo e o início das relações capitalistas. Contudo, a inserção dos produtores no mercado para negociar os produtos por equivalentes não é suficiente para justificar o surgimento de uma organização capitalista da produção. Para Conte, “a ação de uma economia monetária ligada ao comércio só é eficaz como agente da dissolução de um sistema social quando são as condições da produção e da reprodução da vida social a serem atacadas no seu interior por um processo dissolutivo” (1976, p. 27).

Outro marco para o aprofundamento da crise dos feudos foi a peste negra do século XIV, que ocasionou uma grande migração dos camponeses para as cidades, local em que encontravam maiores possibilidades de trabalhar e desenvolver suas habilidades com o artesanato, pois nos feudos a produtividade era baixa, não era constante e não havia estímulo para aprimorar a produção. Estes foram alguns dos limites que ocasionaram a crise da economia feudal, que, a partir de então, iniciou um processo irreversível de dissolução deste sistema.⁴

Durante os séculos XIV e XV, com o despovoamento dos campos e o baixo rendimento da produção agrícola, a nobreza feudal começa a vender as suas terras e a pedir dinheiro emprestado para a burguesia comercial em ascensão. Com isto, a circulação de capital aumenta significativamente. “Além de tudo o mais, a crescente dívida privada da nobreza em crise era acompanhada de um agravamento paralelo da dívida pública, o que contribuiu para manter elevada a taxa de juro, não obstante a inflação dos preços” (Conte, 1976, p. 79).

Neste sentido, o mercado deixa de ser apenas um complemento dos feudos e passa a ser a essência para a troca e o motor para o crescimento e o desenvolvimento das cidades, que, inicialmente, contam apenas com pequenos produtores, que levam suas mercadorias para

⁴ Neste processo de transição, estes camponeses que estavam em busca de novas formas de produzir e de se sustentar, dividiram-se basicamente da seguinte forma: “*yeomanry*, que designa uma camada de camponeses independentes e auto-suficientes progressivamente mais ligados ao mercado – figura que historicamente dará origem à do capitalista agrícola; e *cotters*, camponeses de condição bastante miserável, dispondo de uma porção de terra insuficiente para o seu sustento e da família, e portanto, com uma certa quantidade de tempo de trabalho disponível para vender” (Conte, 1976, p. 38).

troca. Essa estrutura inicial era bastante simples, sem grandes faturamentos por parte dos comerciantes.

Os artesãos passam a se submeter à rigidez das corporações, substituindo a autonomia de negociar diretamente no mercado.⁵ “Era membro da corporação quem exercia uma certa arte ou mister e era proprietário dos seus meios de produção” (Conte, 1976, p. 58), ou seja, um grande número de trabalhadores ficou fora das corporações, pois não possuíam nem matérias-primas, nem instrumentos de trabalho. Por isso ficavam à mercê dos mercadores capitalistas, que se aproveitavam de suas habilidades para aumentar a produção, fornecendo diretamente as matérias-primas, em prol de baixas remunerações para os artesãos que só tinham esta opção para sobreviver.

É neste processo que se inicia a separação da fase do comércio da fase produtiva. Também é feita a separação do produtor em relação aos seus meios de produção e é este o processo chamado de acumulação primitiva que dá início ao modo de produção capitalista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a única propriedade mantida pelo trabalhador é a sua força de trabalho, não restando a estes trabalhadores outras alternativas a não ser vender a sua força de trabalho. Desta forma, o excedente passa a não mais ser despendido para a manutenção da comunidade e nem mesmo para o sustento efetivo do trabalhador, mas sim para o máximo desenvolvimento do modo de produção capitalista, que irá parcializar o trabalho, bem como a inovação dos instrumentos e das técnicas, o que afasta ainda mais o artesão do produto final de seu trabalho. Esta é a base para o avanço e a construção das máquinas.

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender (Marx e Engels, 2011, p. 48).

Com a produção cada vez mais mecanizada, o mercado se torna mais competitivo, o desenvolvimento de máquinas cada vez mais sofisticadas foi fortemente estimulado, bem

⁵ “A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornaram-se generalizadas através de toda sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de condições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador” (Braverman, 1987, p. 54-55).

como um mercado nacional mais unificado. Com isso, “a objetividade do trabalhador na sua relação com os meios da sua existência desaparece para dar lugar a uma pura capacidade laboral geral, perfeitamente abstrata, [...] de que o capital se apropria em troca de um salário” (Conte, 1976, p. 113 - 114), o qual será uma quantia estritamente necessária para a subsistência do trabalhador.⁶

Mas o capitalista não se apropria diretamente da força de trabalho do operário, como acontecia com o trabalho do servo da gleba: é agora necessária, aqui, uma mediação social, a relação de troca de equivalentes no mercado, sob cuja máscara de igualdade jurídica e de independência recíproca se verifica, na realidade, uma troca desigual, uma troca de não equivalentes, que fornece ao capitalista uma massa de sobretrabalho e, portanto, de mais-valia não paga. (Conte, 1976, p. 114).

Com a expulsão dos trabalhadores dos campos e a constituição dinâmica das cidades, os trabalhadores se vêem forçados a se tornarem consumidores dos produtos industriais, tendo a sua autonomia cada vez mais limitada. Muitos destes camponeses expulsos dos campos e dos artesãos que perderam ou foram privados dos seus instrumentos de produção se viram forçados a viver nas ruas, em situações precárias. “Assim, os considerados vagabundos e mendigos eram açoitados ou, em caso de reincidência, se lhes marcava com ferro e os condenava à morte (coação direta e indireta ao trabalho)” (Faleiros, 2000, p. 12), ou seja, um indivíduo considerado incapaz para o trabalho deveria ser descartado - assim como uma mercadoria danificada - pois não desempenhava nenhuma função para a sociedade capitalista nascente.

As pessoas que ficavam fora do mercado de trabalho eram socorridas pelas paróquias, por meio das caixas de socorro, com o objetivo de forçar o indivíduo a trabalhar. As pessoas socorridas eram obrigadas a morar no local da ajuda, de forma que se exercia total controle sobre essa mão-de-obra. Essa situação se agrava ainda mais com a criação das *workhouses*, na Inglaterra, por volta de 1730, que torna a obrigação para o trabalho muito mais rígida. Sendo assim, pessoas que não estavam aptas, tanto fisicamente quanto psicologicamente, eram forçadas a se manter no sistema prisional destas “casas de trabalho”, trabalhando e

⁶“O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para criação do lucro” (Braverman, 1987, p. 55-56).

produzindo de forma extremamente precária, sem nenhum contato com a vida externa (Faleiros, 2000).⁷

Essas medidas repressivas fizeram com que o indivíduo passasse a ser “julgado culpado de sua situação, legitimando-se essa ideologia por critérios morais, de uma moral natural. Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não o resultado do tipo de produção existente” (Faleiros, 2000, p. 14). E, juntamente com a violência do Estado, consegue-se gradativamente fazer parecer “naturais” essas contradições e as leis de existência do modo de produção capitalista, criando-se também uma mentalidade em torno do trabalho assalariado como única forma de prover a sua subsistência.

Outro aspecto muito importante que alastrou esse modo de produção foi a sua tendência para expansão, com a crescente necessidade de mercados extensos, ampliando a ordem burguesa a todo globo terrestre, criando novas necessidades, de forma que, anteriormente, para saciá-las, bastavam os produtos nacionais, contudo, essas novas demandas fizeram com que os mercados internacionais se tornassem dependentes tanto materialmente quanto intelectualmente uns dos outros (Marx e Engels, 2011).

[A burguesia] obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. [...] A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política (Marx e Engels, 2011, p. 45).

Marx evoca e dramatiza “o andamento desesperado e o ritmo frenético que o capitalismo impõe a todas as facetas da vida moderna” (Berman, 1940, p. 90), e também mostra que “a burguesia desempenhou um papel altamente revolucionário na história” (Berman, 1940, p. 91).

O caráter revolucionário da burguesia é marcado por uma tendência progressista, voltada para os “interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, [em que] agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de

⁷“Essas medidas administrativas concretas de controle e repressão da força de trabalho não pareciam contrariar os princípios do mercado porque eram vistas como combate ao vício, à preguiça, e à imprevidência das classes pobres. O indivíduo era *obrigado* a ingressar no mercado, onde seria ‘livre’ para realizar contratos com salários fixados pelos patrões” (Faleiros, 1941, p. 13).

resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante” (Coutinho, 2010, p. 22).⁸

Segundo Berman (1940), Marx toca no sólido âmago institucional da modernidade quando aborda o clímax revolucionário deste processo de modernização, mas antes apresenta o surgimento de um mercado mundial, em que as necessidades humanas se tornam cada vez mais internacionais, com Estados nacionais despontando e acumulando grande poder, embora este poder fosse manipulado pelos interesses internacionais do capital.

Com o desenvolvimento da indústria há uma generalização da socialização do trabalho, rompendo-se com o trabalho individual, de forma que se estabelece uma cooperação não apenas no interior das fábricas, mas sim uma interdependência entre vários setores da produção, tornando-se “mais evidente a natureza da sociedade como totalidade orgânica. Essa crescente socialização encontra outro apoio na criação pelo capitalismo de um mercado mundial, sobre cuja base erige-se agora uma cultura universal” (Coutinho, 2010, p. 33).

A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou o terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria; e na proporção em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estendiam, a burguesia também se desenvolvia, aumentava seus capitais e colocava num plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média (Marx e Engels, 2011, p. 41).

E, “enquanto isso, trabalhadores da indústria despertam aos poucos para uma espécie de consciência de classe e começam a agir contra a aguda miséria e a opressão crônica em que vivem” (Berman, 1940, p. 90), ou seja, essas mudanças estruturais não ocorreram de forma pacífica, mas sim por meio de muitas revoltas contra o poder econômico e político dos mercadores, bem como em relação às longas jornadas, baixos salários e a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência” (Marx e Engels, 2011, p. 49).

Aqui a disputa em torno de uma concepção de sociedade, será expressão do movimento da Ilustração que pode ser considerado um momento do projeto Iluminista.

O iluminismo designa uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão (de argumentos racionais).

⁸“Na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana” (Coutinho, 2010, p. 22).

Ou seja, diz respeito a um projeto sócio-cultural que atravessa vários processos históricos e inaugura um grande projeto racionalista que está presente desde a pólis Grega e que perpassa de maneira trans-histórica o longo processo de constituição da sociedade ocidental. A ilustração por sua vez atualizaria o projeto iluminista, mas este não começou com aquela e nem se extingue no século XVIII (Rouanet *apud* Sousa, 2004, p. 38).

A Ilustração tem como base o domínio da razão sobre a visão teocêntrica, buscando romper com as respostas baseadas na fé, que passam a ser consideradas barreiras para a evolução da sociedade e do homem. Desta forma, passa-se então a “refletir não para glória de Deus, mas para celebrar e facilitar a libertação do homem como indivíduo livre e ativo, dotado de consciência e vontade” (Sousa, 2004, p. 39).

Os ilustrados acreditavam que a razão possui [...] uma *dimensão emancipatória* na medida em que o conhecimento racional deveria ser utilizado também para a organização da sociedade. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento sinalizava para a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder (Sousa, 2004, p. 40).

Tal movimento influenciou diretamente nas Revoluções Burguesas, que foram fundamentais para o fim do sistema absolutista e dos privilégios para a nobreza, a população ganhou mais autonomia e seus direitos, apesar de estarem limitados aos direitos civis e políticos, estes começaram a ser de certa forma respeitados. Contudo, foi devido à essas revoluções e às diversas revoluções que aconteceram em 1848, mais conhecidas como “Primavera dos Povos”, que a burguesia se sente ameaçada e passa por um processo de maior domínio e aprofundamento da alienação sobre as relações sociais, transformando o seu caráter revolucionário em conservador. Desta forma, podemos afirmar que em 1848 a burguesia rompe definitivamente com a sua capacidade progressista.⁹

Na história da filosofia burguesa, é possível discernir – com relativa nitidez – duas etapas principais. A primeira que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética (Coutinho, 2010, p. 21).

Em relação às categorias fundamentais do humanismo, do historicismo e da razão dialética, Coutinho afirma que estes “são os únicos instrumentos capazes de fundar

⁹ Segundo Coutinho, a partir de então, busca-se uma superficialidade nas explicações racionais, o que não reside diretamente em uma “intencionalidade de classe; embora sirva à conservação do existente, o irracionalismo e o agnosticismo nem sempre são conscientemente elaborados a partir dos interesses imediatos da burguesia. Seu caráter conservador deve ser buscado na sujeição de ambos aos limites impostos, na superfície da realidade, pela divisão capitalista do trabalho e por suas consequências sociais e culturais” (2010, p. 31).

cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a tendência ideologizante da decadência começa exatamente por romper com tais categorias” (2010, p. 30).¹⁰

O *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (Coutinho, 2010, p. 28).

Contudo, essas características iniciais passam a ser negadas pela própria burguesia revolucionária, que, pressionada pelo proletariado, estreita os laços para compreensão da totalidade social, conseguindo se reproduzir sem que suas contradições sejam completamente desveladas. Sendo assim, “a moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar da antiga” (Marx e Engels, 2011, p. 40).

Desta forma, a sociedade burguesa surge com um caráter revolucionário, pois rompe com a sociedade feudal e passa a se pautar idealmente em mecanismos racionais, com maiores possibilidades de apreensão da totalidade social. Por isto que “quanto mais rica e intensa for a vida social, quanto mais articulada for a vida do indivíduo com a história de toda a humanidade, mais desenvolvida no sentido humano será sua existência” (Lessa, s.d., p. 35), ou seja, com essa maior interação dos seres humanos por meio de uma maior rapidez nas relações, torna-se possível maior contato “das vidas individuais com a história coletiva” (Lessa, s.d., p. 34).¹¹

A respeito dessa transição, Marx afirma que “tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens”, (Marx e Engels, 2011, p. 44) sendo assim, o homem passa a ter consciência de que é sujeito da sua própria história, tendo como pressuposto a não estagnação, a constante busca pelo novo. E “no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas [a burguesia] colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida” (Marx e Engels, 2011, p. 43). Desta forma,

¹⁰Hegel fez parte da linha progressista, com sua síntese, mesmo que idealista, da dialética racional, chegando “à fundamental teoria ‘humanista’ de que o homem é o produto de sua própria atividade histórica e coletiva, bem como à tese ‘racionalista’ de que essa autoprodução é um processo submetido a leis objetivas e dialéticas” (Coutinho, 1943, p. 26).

¹¹“De Bruno a Hegel, passando por Spinoza e Vico, observamos no pensamento da época o nascimento de uma nova dialética racional, que apresentava – em relação à dialética primitiva dos gregos – o inegável mérito de se basear sobre o reflexo de um ser social bem mais complexo e articulado” (Coutinho, 1943, p. 25).

Marx e Engels afirmam que “a burguesia tinha uma exata noção do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que os deuses que inventara a tinham abandonado” (1956, p. 261).

Os burgueses foram “os primeiros a mostrar do que a atividade humana é capaz”, pois realizaram “maravilhas que ultrapassam em muito as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas” (Marx e Engels, 2011, p. 43).

Em seu domínio de classe de apenas cem anos, a burguesia criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações passadas em conjunto. Subjugação das forças da natureza, maquinaria aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, ferrovias, telégrafo elétrico, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras brotadas do solo como que por encanto – qual século anterior poderia suspeitar que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (Marx e Engels, 2011, p. 46).

Embora fosse uma classe progressista, a burguesia estabelece um regime de exploração e passa a ser limitada pela divisão do trabalho.¹² “Por isso, ao mesmo tempo em que elabora um conhecimento objetivo de aspectos essenciais da realidade, tende a deformar ideologicamente várias categorias desse processo” (Coutinho, 2010, p. 29).¹³

De tal forma que as deformações ideológicas se expressam na reprodução do modo capitalista de pensar, que faz com que os trabalhadores não se sintam sujeitos criadores e transformadores dos processos históricos, mas sim como meros reprodutores de uma lógica tida como imutável, o que acarreta em um não reconhecimento de sua condição de explorado, pois se vê como beneficiário desse processo de exploração devido ao salário que mantém sua sobrevivência (Martins, 1978). E com isso, vai se perdendo a possibilidade de apreensão da essência da realidade humana, devido a relações e pensamentos cada vez mais imediatistas, centrados nas aparências fetichizadas da realidade (Coutinho, 2010).

Os sujeitos misturam-se aos objetos, sem distinção entre uns e outros. Os sujeitos estão sobrecarregados de exigências e significações que não decorrem deles mesmos, tornando-se, portanto, estranhos em relação a si próprios. A natureza humana é subvertida pela mediação dos objetos criados pela atividade humana (Martins, 1978, p. 12).

¹²A divisão capitalista do trabalho, portanto, não se limita apenas a submeter a si todos os campos da atividade material e espiritual, mas se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações, que se revelam posteriormente sob variadas formas nas diversas manifestações ideológicas. (Lukács, 1968, p. 63).

¹³Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. (Lukács, 1968, p. 52).

Apesar da possibilidade de um maior contato com a dimensão humano genérica, devido a uma sociedade mais complexa, ou seja, com o máximo de desenvolvimento que as forças produtivas conseguiram chegar até então, cria-se contraditoriamente no modo de produção capitalista, uma dinâmica que limita esse pleno contato com essa dimensão, em que as possibilidades são cada vez mais estreitadas por meio de uma sociedade individualista que volta os sujeitos para a incessante busca do enriquecimento pessoal. “A ‘artimanha’ da argumentação conservadora se resume em pretender ser universal a todos os homens, em todas as épocas históricas, o individualismo que, de fato, apenas se faz presente com o capitalismo” (Lessa, s.d., p. 43).¹⁴

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a vida real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente de limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (Coutinho, 2010, p. 30-31).

Mesmo com as diversas possibilidades criadas a partir das suas descobertas e inovações, a burguesia substitui os valores universais da sociedade pelos seus valores particulares, em que a única coisa que realmente passa a importar para a burguesia é acumular mais capital (Berman, 1940). “A sociedade burguesa marcou o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens. No capitalismo, as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal” (Lessa, s.d., p. 31).

Diante disso, a sociedade burguesa passa a reduzir a atividade humana à mera força de trabalho, podendo ser comparada a mais uma mercadoria que se vende, pois o aspecto humano passa a ser desprezado.¹⁵ Outra característica é a constituição de sociedades cada vez mais complexas e heterogêneas, com isso, novas contradições vão surgindo. Com a criação do Estado para tentar controlar essas contradições estruturais do modo de produção capitalista e manter favorável a acumulação de capital e a reprodução da burguesia, surge também a

¹⁴ “Com isto, o capitalismo deu origem a indivíduos que perderam a noção da real dimensão genérica, social, das suas existências, ficando presos à mesquinha patifaria, ao estreito, e pobre horizonte da acumulação do capital. Ganhar dinheiro se tornou a única razão de viver dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi massacrada pelo egoísmo e mesquinharia que caracteriza o burguês” (Lessa, s.d., p. 37).

¹⁵ “Assim, ao lado da contradição entre liberação do trabalho e transformação do trabalhador em mercadoria, desenvolve-se também a contradição – entre socialização do trabalho e apropriação individual dos seus produtos. Essas contradições – que representavam um estímulo ao progresso teórico na fase ascendente do pensamento burguês – passam, no período da decadência, a constituírem um limite intransponível à apreensão da verdade objetiva” (Coutinho, 2010, p. 35).

distinção dos homens segundo as classes sociais (Lessa, s.d.). Neste processo houve grande mudança na necessidade de uma constante inovação e renovação dos modos de vida tanto pessoal quanto social, e também, a permanente mudança dos meios de produção. (Berman, 1940).

Existe também uma ilusão por parte do trabalhador de que ele partilha do mesmo destino do seu empregador capitalista, no sentido de que se a produção e a lucratividade aumentarem, o seu salário e a sua qualidade de vida também irão aumentar (Lessa, s.d.), ou seja, as ideias e projetos burgueses passam a ser o de toda a sociedade.

Esta ilusão de que burgueses e operários compartilham do mesmo destino é o fundamento de todas as propostas conservadoras que, abrindo mão da luta pelo socialismo, buscam um capitalismo “*mais humano*”. Nos dias em que vivemos, capitalismo e desumanidade são sinônimos, pois não pode haver qualquer humanidade em reduzir o ser humano a mera mercadoria. (Lessa, s.d., p. 49)

Ainda em relação à desumanização, o autor Martins vai afirmar que existe um modo capitalista de pensar, que está presente tanto no senso comum, quanto no conhecimento científico e que marca “a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem” (1978, p. 11). Mas este modo de pensar não se restringe ao capitalista individual, mas à necessidade própria de reprodução e reelaboração das bases do capitalismo.

Um traço essencial do capitalismo consiste em impor a completa sujeição da produção às leis anárquicas do mercado. Essa mercantilização da práxis tem uma clara consequência sobre a consciência dos homens: a atividade deles tende a se ocultar à sua própria consciência, a converter-se na essência oculta e dissimulada de uma aparência inteiramente reificada. Todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades “naturais” estranhas e independentes da sua ação. Os produtos da atividade do homem social, desde a esfera da economia àquela da cultura, revelam-se aos indivíduos como algo inteiramente alheio à sua essência; opera-se uma cisão entre a essência (a práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens. Essa vida social converte-se num objeto “coisificado”, inumano, que não pode mais comportar nenhuma subjetividade autêntica; essa subjetividade [...] transforma-se igualmente num fetiche vazio. Essa fetichização simultânea do sujeito e do objeto, paralela à ruptura dos laços imediatos entre indivíduo e comunidade, é a mais evidente consequência social da divisão capitalista do trabalho em sua fase adulta (Coutinho, 2010, p. 37).

De acordo com Netto, “para Marx, o fetichismo é uma modalidade de alienação” (1981, p. 73),¹⁶ em que a mercadoria exerce um papel fundamental para escamotear a raiz e a essência dos processos alienantes.¹⁷

A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas (Netto, 1981, p. 74)

É justamente por limitar a compreensão da realidade em partes e de forma imediata, que o pensamento da decadência serve ideologicamente à burguesia, em que na gênese do pensamento fetichizado, surge um fenômeno extremamente importante para a sua manutenção, que é a burocratização (Coutinho, 2010). “A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-se em ‘regras’ formais pseudo-objetivas” (Coutinho, 2010, p. 41).¹⁸

Sendo assim, a dimensão humano genérica se torna cada vez mais estranha aos indivíduos, que estão imersos em uma lógica imediatista e espontaneísta, que tende a prender o indivíduo em seu cotidiano. “Em suma, aceitam como ‘condição humana’ o dilaceramento histórico (historicamente condicionado) que a alienação capitalista – por meio da burocratização da práxis – introduz na vida humana” (Coutinho, 2010, p. 44).

1.2 Barbárie Contemporânea

A manutenção da ordem burguesa se dá tanto na constante extração do máximo de mais-valia e exploração do trabalho, como por meio de estratégias que atualizam as formas de exploração, ambas com a finalidade de manter sempre favoráveis as condições para a reprodução do modo de produção capitalista. Sendo assim, defende-se que

¹⁶ “O fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido” (Netto, 1981, p. 75).

¹⁷ “O que equivale a dizer: nesta sociedade, a matriz, a estrutura, a funcionalidade e a significação dos processos alienantes e das representações alienadas (logo, das relações sociais mistificadas) são de caráter estritamente social” (Netto, 1981, p. 79).

¹⁸ “A burocratização ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação tanto com a realidade (transformada na práxis burocrática em simples objeto de manipulação) quanto com suas finalidades (cuja racionalidade ou irracionalidade a práxis burocrática não questiona). Esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de ‘dados’, segundo esquemas formais preestabelecidos” (Coutinho, 2010, p. 40-41).

operam três condições necessárias do mundo do capital, apreendidas por Marx: o capitalismo orienta-se para o crescimento, condição para a acumulação, independente de consequências sociais, políticas, ecológicas e outras; esse crescimento em valores reais tem apoio na exploração do trabalho vivo, que tem a capacidade de criar valor, ou seja, o crescimento funda-se na relação capital/trabalho, que é uma relação de classe, de controle e dominação; o capitalismo é organizacional e tecnicamente dinâmico, já que a concorrência impele para as inovações em busca da maximização de lucros, o que repercute nas relações capital/trabalho (Behring e Boschetti, 2010, p. 118-119).

Existem alguns elementos contraditórios e inerentes ao capitalismo que nos permitem compreender a sua dinâmica, um exemplo são as crises¹⁹ e as saídas encontradas para elas. O século XX é um marco para compreendermos esse movimento contraditório, por meio da crise de 1929-1932 e as respostas dadas a ela.²⁰

Esse período também é conhecido como o da Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa, e também de legitimidade política do capitalismo (Behring e Boschetti, 2010, p. 68).

Diante de tais acontecimentos, Keynes (1883-1946) se preocupou em compreender a crise e em encontrar respostas para ela, sendo importante destacar que são saídas capitalistas para uma crise do próprio capitalismo, que vão ter como base o discurso da humanização. As respostas dadas por Keynes englobavam: maior intervenção do Estado, que deveria ser neutro e árbitro, para reativar a produção e obter demandas efetivas; gerar empregos via produção de serviços públicos, além da produção privada; aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da criação de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais (Behring e Boschetti, 2010).

¹⁹ “E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista – não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo ao seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta...mais capitalismo” (Netto, 2012, p. 415).

²⁰ Segundo Behring e Boschetti, Mandel explica o espiral da crise de 1929 da seguinte forma: “o período de expansão notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela possível baixa dos preços das matérias-primas. Essa situação cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Há uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, impõe-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. [...] Assim, as soluções para a crise de 1929-1932 que teve as características acima descritas, se darão no sentido de reativar o emprego e o consumo, daí a importância do fundo público e da guerra” (2010, p. 69-70).

“Ao keynesianismo agregou-se o pacto *fordista* – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho” (Behring e Boschetti, 2010, p. 86). Neste contexto, adota-se também o modelo de gestão taylorista, que visa eliminar os tempos mortos da produção.

Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. (Behring e Boschetti, 2010, p. 89).

Essa fase de expansão do capitalismo maduro começa a dar sinais de esgotamento no final dos anos 1960, “com consequências avassaladoras [...] para as condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com os pactos dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais” (Behring e Boschetti, 2010, p. 112). O capitalismo em sua fase tardia ou madura, que se inicia após 1945 é explicitado da seguinte maneira:

É uma referência ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando esgotado seu papel civilizatório. Assim, a ideia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e às decorrentes tendências de barbarização da vida social (Behring e Boschetti, 2010, p. 113).

Há uma maior visibilidade das contradições e um maior aprofundamento da barbarização da vida social a partir da crise do Welfare State, em que se “explicita o fracasso do único ordenamento sociopolítico que, na ordem do capital, visou expressamente a compatibilizar a dinâmica da acumulação/valorização capitalistas com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos” (Netto, 1995, 185-186).

O capital reagiu de forma contundente diante da queda das taxas de lucro da década de 1970, gerando uma revolução tecnológica e organizacional da produção, visando retomar os superlucros, o que acarretou um desemprego crônico e estrutural, mediante o enfraquecimento da luta da classe trabalhadora, que, segundo a justificativa neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios (Behring e Boschetti, 2010).

O período pós-1970 marca o avanço do neoliberalismo, em que “os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram um fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado social e o “consenso” do pós-guerra, que permitiu a instituição do Welfare State” (Behring e Boschetti, 2010, p. 125). Mediante as afirmações de que a crise era

proveniente do poder excessivo do movimento operário e do aumento dos gastos sociais do Estado, os neoliberais passam a defender “que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais” (Behring e Boschetti, 2010, p. 126).

As transformações societárias devido ao exaurimento do Welfare State ocorreram na base da acumulação, que deixou de ser rígida e adquiriu um caráter flexível, respondendo justamente às necessidades do movimento do capital. Desta forma, passa-se a produzir de maneira “segmentada, horizontalizada e descentralizada – ‘a fábrica difusa’ -, que é estimulada em vários ramos, propicia uma ‘mobilidade’ dos pólos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão” (Netto, 1996, p. 91). Assim como Netto (1996) afirma, aumenta-se a competitividade intermonopolista por meio da mundialização do capital, que irá redesenhar o mapa político e econômico do mundo, articulando corporações a níveis anteriormente inimagináveis, garantindo-se assim, a extração de superlucros.

Essa maior dinamicidade no mercado proporcionou o desenvolvimento de uma verdadeira revolução tecnológica, que desencadeou uma significativa diminuição do trabalho vivo em face do trabalho morto, crescendo assim, o exército industrial de reserva, bem como a ampliação e a consolidação de novas técnicas para acentuar a capacidade de exploração da força de trabalho.

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação “flexível”, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”), seja criando novas estratificações, e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). A exigência crescente, em amplos níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente, bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes (que colidem com o privilégio do comando do capital), coroa aquela radical reestruturação – reestruturação que, das “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente seja sobre o elemento feminino que se tornou um componente essencial da força de trabalho, seja sobre os estratos mais jovens que a constituem, sem esquecer os emigrantes que, nos países desenvolvidos, fazem o “trabalho sujo” (Netto, 1996, p. 92-93).

Essas alterações influenciam diretamente na dinâmica do capitalismo, que passa a difundir o modo capitalista de pensar em todos os meios de comunicação, de produção e de consumo (Netto, 1996), ou seja, passa a ser difundido amplamente por meio de recursos

impensáveis no início do desenvolvimento do capitalismo, o que possibilita a sua impregnação em todas as esferas da vida social.

O traço mais notável dessa cultura é que ela incorpora as características típicas da mercadoria – sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatividade reificante. Mesmo que a sociedade tardo-burguesa esteja longe de ser uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma *cultura do consumo*: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais (Netto, 1996, p. 97).

Observa-se neste processo, o redimensionamento e o estreitamento da intervenção do Estado burguês, com a ruptura de direitos sociais e o parco acesso às coberturas sociais públicas, com o objetivo de diminuir a oneração da força de trabalho para o capital, passando-se assim, responsabilidades que anteriormente eram do Estado para a sociedade civil. “A desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende, fundamentalmente, o ‘Estado máximo para o capital’” (Netto, 1996, p. 100).²¹

Em síntese, a “flexibilização” do capitalismo tardio, levando a “classe-dos-que-vivem-do-trabalho” à defensiva e penalizando duramente a esmagadora maioria da sociedade, não resolveu *nenhum* dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital. Mais ainda: diante da magnitude hoje atingida por estes problemas – e expressa em três dados: o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o mundo pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos -, todas as indicações sugerem que o capitalismo “flexibilizado” oferecerá respostas predominantemente *regressivas*, operando na direção de um novo barbarismo, de que as atuais formas de *apartheid* social são premonitórias (Netto, 1996, p. 102).

Este processo que tem impacto em todas as esferas da vida social também incide, a partir dos anos 60, “nas artes, na arquitetura, na literatura e na dinâmica social como um todo e revelam o exaurimento do projeto moderno de civilização e a ascensão de uma nova ordem societária de que derivaria: a condição pós-moderna” (Sousa, 2004, p. 121).

É desta forma que no capitalismo contemporâneo, pautado na ideologia neoliberal e no seu subproduto, a ideologia pós-moderna, que se tem a função social de justificar as transformações operadas na vida social pelo capital (Barroco, 2011). “É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a ‘era pós-moderna’” (Chauí *apud* Barroco, 2011, p. 206).

²¹ “As corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a ‘desregulação’ sendo apresentada como ‘modernização’ que valoriza a ‘sociedade civil’, liberando-a da tutela do Estado protetor” (Netto, 1996, p. 100).

Portanto, surge a “tese conforme a qual, a partir da segunda metade deste século, exauriu-se o programa da Modernidade, fundado no capítulo iluminista do projeto ilustrado, configurando-se uma *mutação sociocultural estrutural*” (Netto, 1996, p. 97), em que se estimulará a pensar apenas em uma dimensão micro, bem como se afirmará a superação da categoria de totalidade. Este é o movimento tido como pós-moderno, que atende às necessidades culturais contemporâneas do capital. “O pensamento chamado pós-moderno faz questão de frisar que todas estas categorias – razão, progresso, emancipação, sujeito – são nada mais que ilusões das quais devemos desfazer-nos” (Tonet, 2006, p. 12).²²

O movimento pós-moderno é funcional ao capitalismo tardio, pois rompe com a criticidade posta na modernidade, bem como aceita acriticamente a lógica imediatista da ordem burguesa. “Mas, por esta mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicada pela mídia a serviço do capital. Antes, é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo burguesa” (Netto, 2012, p. 420).

A “cultura global” se movimenta entre a produção/divulgação/consumo mercantilizados de ‘artefatos globais’ e a incorporação/consagração de expressões particulares – movimenta-se entre o cosmopolismo e o localismo/singularismo, entre a indiferenciação abstrata de “valores globais” e xenofobias fundamentalistas. Quer no cosmopolismo, quer no localismo/singularismo, há uma nítida desqualificação da esfera pública universalizadora: no primeiro, o privilégio é conferido a um individualismo de caráter possessivo; no segundo, o “direito à diferença” se impõe abstrata e arbitrariamente. Nessa cultura, parece vigorar a máxima segunda a qual “não há sociedade, só indivíduos” (Netto, 1996, p. 97).

No debate ideológico contemporâneo, observamos também respostas conservadoras que afirmam que a superação da exploração do homem pelo homem é impossível, tendo em vista que esta seria a verdadeira essência humana (Lessa, s.d.).²³ Todas as correntes que tem esse posicionamento conservador, cada uma a seu modo, “concebem a vida social como uma luta entre indivíduos que são essencialmente mesquinhos, egoístas, individualistas e possuídos pelo desejo de acumular propriedades privadas” (Lessa, s.d., p. 5). Desta forma, os revolucionários respondem a tais questões da seguinte forma:

²² “Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si” (Chauí *apud* Barroco, 2011, p. 206).

²³ Estas são teorias que vão “desde o irracionalismo do filósofo nazista alemão Martin Heidegger, passando por elaborações filosóficas muito mais civilizadas e sofisticadas, como a Teoria do Agir Comunicativo de J. Habermas, até tentativas grosseiras de deturpar o pensamento de Marx como fez no passado recente o Marxismo Analítico e como fazem, hoje, os partidários da tese do ‘trabalho imaterial’” (Lessa, s.d., p. 5).

Afirmam que não apenas é possível, como também é necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas cada vez mais civilizadas de opressão, como desejam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade. E a única forma de evitar esta barbárie é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar à crescente barbárie, afirmam os revolucionários – Lukács entre eles – não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens (Lessa, s.d., p. 6).

Em suma, Lessa (s.d.) afirma que o homem não é essencialmente ruim e dominado pelo espírito da propriedade privada, lembrando que a essência humana depende da história, sendo assim, o desenvolvimento da burguesia produz individualidades que são próprias da burguesia e com isso não devemos elevar a essência burguesa à essência de toda a humanidade.

Já que o lucro é o que verdadeiramente importa para os capitalistas privados, então, por mais que se produza o suficiente para alimentar toda a população, a fome será mantida; por mais que existam meios para abolir o sofrimento de quem não tem assistência médica e nem casa para morar, estes sofrimentos serão mantidos; “se para acumular o capital é necessário conduzir a humanidade à beira de uma catástrofe nuclear, [...] ou então destruir a natureza e romper o equilíbrio ecológico, tudo isso será feito em nome do capital e em detrimento das necessidades humanas” (Lessa, s.d., p. 48).

Basta mencionar as crises comerciais que, com seu periódico retorno, põem em questão e ameaçam cada vez mais a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais é destruída regularmente uma grande parte não só dos produtos fabricados, como também das forças produtivas já criadas. Nessas crises, irrompe uma epidemia social que em épocas precedentes teria parecido um absurdo – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; é como se uma situação de miséria (*eine Hungersnot*) ou uma guerra geral de extermínio houvessem suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. [...] E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las (Marx e Engels, 2011, p. 46-47).

Neste contexto, as tensões sociais se agravam cada dia mais. “Fome, miséria, desemprego, violência se tornam ainda mais insuportáveis na medida em que sabemos que a humanidade dispõe dos recursos necessários para eliminar todas estas desumanidades, para emancipar-se destas alienações” (Lessa, s.d., p. 48).

Apesar das profundas mudanças operadas no modo de produção capitalista nos últimos trinta anos, Netto (2012) afirma que duas inferências são inquestionáveis: a primeira é

que nenhuma dessas transformações alterou a essência exploradora do modo de produção capitalista, pelo contrário, essa essência se universaliza e se planetariza cada dia mais por meio de jornadas de trabalho prolongadas, da intensificação do trabalho e da enorme defasagem entre o crescimento das rendas capitalistas e o crescimento da massa salarial; a segunda é que a ordem burguesa interrompeu todas as suas conquistas civilizatórias, esgotando assim, todas as suas potencialidades progressistas.

Consequentemente, é largo o leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital – ou, para dizê-lo de outro modo, para atestar que essa ordem só tem a oferecer contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social. Poder-se-iam arrolar vários desses fenômenos, da *financeirização especulativa e parasitária* do tardo-capitalismo e sua economia do *desperdício* e da *obsolescência programada*, passando pelas tentativas de centralização monopolista da *biodiversidade* e pelos *crimes ambientais* e alcançando a esfera da *cultura* – aqui, jamais a *decadência ideológica* estudada por G. Lukács atingiu tal grau de profundidade e a manipulação das consciências pela mídia atingiu tal magnitude (Netto, 2012, p 426).

Essa complexa totalidade do modo de produção capitalista, que apesar de ser universal, reproduz-se de maneira singular em cada canto do globo e “assume expressões particulares dependendo das particularidades específicas de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial” (Pastorini *apud* Santos, 2012, p. 433).

Desta forma, adentramos nas particularidades contemporâneas da barbarização da vida social no Brasil - que serão fundamentais para compreendermos os resultados deste trabalho – , levando sempre em consideração as determinações mais gerais do capitalismo, como a propriedade privada e as relações de produção.

Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal – veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação – falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (Barroco, 2011, p. 208).

Para compreender as particularidades do Brasil hoje, é importante destacar que o seu processo de “flexibilização/precariedade” é muito anterior à crise do Welfare State, embora esteja muito mais presente na atualidade, essas relações estão presentes a partir da formação do mercado de trabalho (desde o final da escravidão), que se agrava, especialmente, com a ditadura militar (Santos, 2012).

A partir da crise de 1929, ocorre no Brasil uma reestruturação e um aprofundamento do capitalismo, juntamente com o crescimento da burguesia industrial. A organização do Brasil em relação a tal crise reflete justamente a sua condição de país periférico, com

“modernizações sem rupturas com sua formação primeira (colonial) baseada na escravidão e no grande latifúndio, através de pactos orquestrados pelo Estado na busca de consensos entre as classes, sem alcançar que o ‘velho senhoril’ perdesse seu poder” (Cardoso, 2013, p. 110). Desta forma, a industrialização e a urbanização no Brasil ocorrem junto com a manutenção de grandes concentrações de terra, constituindo-se também, uma classe trabalhadora que vende livremente a sua força de trabalho, bem como se inicia com a importação de mão de obra especializada dos trabalhadores europeus (Cardoso, 2013).

Isso significa dizer que ao contrário do que ocorria nos países cêtricos – cujo padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período fordista –, a flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro. Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade. (Santos, 2012, p. 434).

Conforme Vinagre e Pereira (2007), as graves violações dos direitos humanos sempre estiveram presentes no cenário brasileiro, o genocídio dos povos negros e indígenas é um exemplo contundente de tais violações, sendo a abolição da escravidão (1888) uma das maiores conquistas em relação aos direitos humanos. “No que se refere aos direitos políticos, estes eram restritos a uma elite; e dos direitos sociais, ainda não se falava, uma vez que a garantia de mínimos sociais ficava a cargo da filantropia privada e da igreja católica, prevalecendo, pois, o caldo cultural clientelista” (p. 36).

Já durante a ditadura militar (1964 - 1985), apesar da supressão dos direitos civis e políticos, investiu-se na ampliação de alguns direitos sociais, como por exemplo, na ampliação e na unificação da previdência (Vinagre e Pereira, 2007).

O Brasil chega ao final do século XX com um patamar de direitos políticos jamais alcançado. Contudo, os direitos civis, econômicos, sociais, ambientais, e de “solidariedade” – os direitos ambientais, à paz, ao desenvolvimento e à livre determinação dos povos – estão cada vez mais ameaçados. Falta o direito civil mais fundamental, que é o direito à vida e à integridade física, uma vez que vigora uma *insegurança coletiva*. Do mesmo modo, não está assegurado o direito à alimentação, saúde, educação, ao trabalho, à terra, à moradia, à cultura, à comunicação, ao desenvolvimento sustentável, à paz, sobretudo para os pobres e negros (Vinagre e Pereira, 2007).

No Brasil, a regulação do trabalho sempre foi restrita, favorecendo a manutenção de baixos salários, bem como relações de superexploração e de um fluxo permanente de demissões e contratações. Desta forma, as particularidades da “questão social” ²⁴ no Brasil apontam: “*de um lado a superexploração do trabalho*, cujo valor sempre precisou ser mantido

²⁴ A “questão social” é entendida aqui como a contradição entre capital e trabalho, em que há uma valorização crescente do capital, por meio da apropriação privada das condições e dos frutos do trabalho, em contraposição ao crescimento da miséria do trabalhador, ou seja, é a contradição antagônica entre burguesia e proletariado (Iamamoto e Carvalho, 2014).

bem abaixo dos padrões vigentes em outros países [...]; de outro, *uma passificação das lutas sociais* que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes” (Santos, 2012, p. 437).

Na sociedade brasileira, na qual impera esta lógica geradora de desigualdade e restritiva da liberdade, cotidianamente nos deparamos com múltiplas expressões da violência, que atingem um público muito diverso – mulheres, homens, trabalhadores/as, estudantes, idosos/as, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, negra e em situação de rua, etc (CFESS Manifesta, 2012)

Na campanha do Conselho Federal de Serviço Social (2012) “No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”, destacam-se alguns dados das múltiplas expressões da violência no Brasil: as mulheres estão entre as mais atingidas pela violência, com aumento de 30% dos crimes na última década; o número de homicídios da população negra aumentou consideravelmente, tomando o ano de 2010 como exemplo, morreram 139% mais negros do que brancos; a população de lésbicas, gays, travestis e transexuais também sofrem múltiplas violências, em 2011, foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, que está em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos motivados por homofobia/lesbofobia/transfobia.

Desta forma, “estes dados expressam, dentre outras questões, como a violência tem contribuído para intensificar a barbárie como forma de extermínio das populações excluídas da riqueza socialmente construída” (CFESS Manifesta, 2012).²⁵

A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que – fetichizadas em um espaço imaginário – desmaterializam o mundo real, criando uma *segunda vida* onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do *outro*: o eterno empecilho à sua liberdade (Barroco, 2011, p. 209).

Os elementos postos até aqui revelam como no marco do século XXI o capitalismo intensifica seu processo de barbarização social, e, neste sentido, torna-se fundamental que a ética possa efetivar-se como um processo de crítica da moralidade dominante que sustenta a sociabilidade contemporânea. Por outro lado, esta realidade também revela a importância de uma perspectiva crítica para o campo dos valores, o que torna fundamental para a profissão uma compreensão ontológica acerca da ética e da moral.

²⁵ “Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são medidas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (Barroco, 2011, p. 209).

CAPÍTULO 02:

Ética e Serviço Social

2.1 O *ethos* tradicional

Neste ponto buscaremos situar o surgimento do Serviço Social, levando em consideração que esta é uma profissão que é determinada na/pela reprodução das relações sociais, estando historicamente situada e configurando-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo. Cabe ressaltar que a reprodução das relações sociais é a “reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p.79), ou seja, se expressa em diversas esferas da vida social que estão em constante movimento, inclusive na esfera que iremos destacar aqui, que é a profissional.

A reflexão teórica sobre o Serviço Social no movimento de reprodução da sociedade não se identifica com a defesa da tese unilateral que tende a acentuar, aprioristicamente, o caráter “conservador” da profissão como apoio ao poder vigente. Não significa, ainda, assumir a tese oposta, amplamente divulgada no movimento de Reconceituação, que sustenta, a princípio, a dimensão necessariamente “transformadora ou revolucionária” da atividade profissional. Ambas as posições acentuam, apenas e de modo exclusivo, um polo do movimento contraditório do concreto, sendo nesse sentido unilaterais. [...] Tais considerações não visam sustentar uma posição intermediária ou conciliatória de tendências opostas, mas estão inscritas na preocupação de recuperar, na análise dessa expressão da prática social, o caráter da diversidade do movimento histórico (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 80-81).

O Serviço Social surge como profissão reconhecida na divisão social do trabalho por meio do desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, tendo como resultante a emergência e a expansão do proletariado e da burguesia industrial. É nesse contexto de hegemonia do capital industrial e financeiro que emergem novas expressões da “questão social”, na qual será a base para a implementação do Serviço Social como profissão, que irá participar tanto dos mecanismos de dominação e exploração como também de respostas às demandas da classe trabalhadora, ou seja, uma atividade permeada por constantes tensões (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Para compreender o conservadorismo no Serviço Social e a sua expressão nos projetos profissionais, é preciso uma apreensão do conservadorismo em um contexto sócio-histórico, pois não se trata de uma perspectiva exclusiva do Serviço Social, mas sim “uma postura política e ética que surge no século XVIII em contraposição às revoluções que marcam este século: a francesa e a industrial, que apresentaram o rompimento com a tradição, ganhando

força no século XIX” (Cardoso, 2013, p. 107). Cardoso sintetiza destacando que no conservadorismo se valoriza

a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, negando a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna. [...] A moral tem papel fundamental, pois é necessário seguir as tradições, hábitos e costumes, sem questioná-los. Aqui a moral ganha um papel moralizante e moralista: deve servir a impedir toda e qualquer forma de transgressão ou transformação, garantindo a manutenção dos modos de comportamento e o funcionamento harmônico da sociedade (2013, p. 108).

No pensamento conservador, defende-se a manutenção da tradição, da ordem e da hierarquia. O pensamento católico, como um pensamento conservador também irá defender a família e a Igreja, sendo a família responsável por perpetuar a propriedade por meio da tradição e da herança. Esse pensamento está presente na filosofia tomista, bem como na teoria positivista, que serão fortes influências para o Serviço Social, no que se refere à compreensão da ordem social vigente como natural, harmônica e imutável (Cardoso, 2013).

Como já foi explicitado, a moderna sociedade burguesa surge com um caráter revolucionário, com tendências progressistas, desenvolvendo a possibilidade histórico-social de acesso a mecanismos racionais devido ao combate à reação absolutista-feudal, voltando-se para a sociedade em sua totalidade, o que possibilita o surgimento do proletariado como classe autônoma, em que os trabalhadores despertam para uma consciência de classe que irá agir contra a profunda miséria e opressão em que viviam. Contudo, ao se sentir ameaçada, a burguesia transforma o seu caráter revolucionário em conservador, que por meio de novas formas de opressão e de processos alienantes, irá estreitar cada vez mais os laços para a compreensão da totalidade social, por meio de pensamentos cada vez mais imediatistas e fetichizados, substituindo valores universais por valores particulares, ou seja, “racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, integrados a um único estilo de pensamento, que exprime um modelo de vida: o da sociedade capitalista” (Iamamoto *apud* Cardoso, 2013, p. 109). Assim, diversos mecanismos ideológicos, políticos e sociais serão desenvolvidos para a conservação do modo de produção capitalista, com o objetivo de afastar cada vez mais a possibilidade de apreensão da essência humana.

O Serviço Social surge como profissão no Brasil extremamente ligado ao setor público, frente a um progressivo aumento do controle e da ação do Estado junto à sociedade civil, em que a crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930

serão as forças motrizes para isso, pois houve uma reorganização tanto da esfera estatal quanto da econômica. “Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 86). A profissão se consolida por meio do aparato estatal e também das empresas privadas, compondo as equipes de trabalho ao lado das políticas e instituições sociais.

A política econômica deste período está voltada para preservar a economia cafeeira, que ainda era o principal meio de acumulação e também se direcionava para fortalecer o sistema produtivo voltado para o mercado interno e para diversificar as exportações. Com isso, acirram-se as contradições, o que faz com que haja uma mobilização dos setores urbanos médios e uma organização política e sindical do proletariado (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Diante de tais elementos, e com tais características, evidencia-se no Brasil a questão social através da explicitação de suas diferentes formas de manifestar-se: a exploração do trabalho, a fome, a miséria, a violência, a doença, entre outras. Neste contexto, os trabalhadores organizados passam a manifestar seu descontentamento e discordância com os processos trabalhistas, através de greves e manifestações públicas que foram sendo enfrentadas pelo Estado como caso de polícia. Explicita-se, com isso, a existência da questão social: o conflito entre os interesses e necessidades do Capital e do Trabalho (Cardoso, 2013, p. 111).

Desta forma, pode-se afirmar que a partir de 1930 o Estado se sente pressionado a amenizar as expressões da “questão social”, pois tais manifestações²⁶ começam a afetar a classe dominante do país. A partir de então a “questão social” assume lugar nas discussões, sem, todavia, perder seu trato moral-religioso (Cardoso, 2013), bem como a prática da repressão como meio mais eficaz de manutenção da ordem e dos mecanismos econômicos. “Assim, a consideração moral da ‘questão social’ é uma proposta político-ideológica oculta pelo discurso ético. Sua ênfase na educação moral [...] tem por objetivo o combate político aos movimentos operários, ou seja, a conservação da ordem social” (Barroco, 2010, p. 82).²⁷

O discurso político dos representantes do Estado Novo articulava a proteção do trabalho para manutenção da ordem social, a defesa da justiça, da ordem social e do aumento da produção, ou seja, uma explícita forma de controle e subordinação do proletariado para o aumento da acumulação e da exploração da força de trabalho. A ditadura do Estado Novo se configurou por meio da dura repressão e desmobilização do proletariado. Com a queda da

²⁶ “A luta reivindicatória estará concentrada na defesa do poder aquisitivo dos salários – num período de constantes surtos inflacionários – na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direitos a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 139).

República Velha há também um segundo processo de mobilização do movimento católico laico (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Nesse mesmo momento a Igreja Católica, que vinha perdendo seu poder político, sente a necessidade de posicionar-se diante da questão social, entendendo esta como um exagero do capitalismo e propondo sua humanização. Vincula-se ao Estado na busca de soluções para tais excessos, apoiando a criação de uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho e, ao mesmo tempo, criando estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora em um processo de recristianização (Cardoso, 2013, p. 112).

O Serviço Social no Brasil tem sua origem extremamente vinculada a iniciativas da Igreja, com a finalidade de cumprir sua missão política de apostolado junto, principalmente, à família operária. “Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja” (Iamamoto e Carvalho; 2014, p. 89-90). Desta forma, a ação profissional se configura por meio de uma perspectiva missionária, que tem como fim a justiça e a caridade em meio a uma sociedade ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo.

A intelectualidade católica buscará adaptar a realidade nacional por meio das Encíclicas Sociais *Quadragesimo Anno* e *Rerum Novarum*, em que se defenderá a desigualdade como sendo natural e necessária para a reprodução da ordem social harmônica, ao passo que a luta de classes seria algo contra a natureza da sociedade (Barroco, 2010).

Tanto o Estado quanto a Igreja Católica serão fundamentais para o surgimento do Serviço Social. O Estado, com a intenção de garantir e organizar blocos de poder e condições para o desenvolvimento da classe burguesa passa a desenvolver estratégias para amenizar conflitos; e a Igreja com o objetivo de retomar o seu poder político e a sua legitimidade social, criando ações de cunho assistencialista com a classe trabalhadora (Cardoso, 2013).²⁸

Considerando as suas diferencialidades, no campo de aproximação entre Estado e Igreja, podemos destacar em 1932, a criação do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), que é considerado a manifestação original do Serviço Social no Brasil, que fora resultante da ação

²⁸ Conforme Cardoso (2013, p. 112), “o governo de Vargas passa a intervir diretamente na questão social através da legislação social e trabalhista sindical, pautada em um modelo corporativista”, e ainda acrescenta que “[...] a forma [como o governo] encontra para dar respostas é concedendo alguns benefícios à classe trabalhadora – entre eles as instituições de assistência e previdência, e as políticas públicas –, em uma atitude apenas populista e de apaziguamento. A legislação trabalhista e sindical é instrumento para a constituição e regulamentação do mercado de trabalho. Este é um dos fatores, se não o mais importante, para a consolidação da hegemonia da nascente burguesia industrial brasileira”.

entre a burguesia industrial - por meio das mulheres²⁹ - junto ao operariado. O objetivo central do CEAS era promover o estudo da doutrina social da Igreja para os seus membros e o conhecimento aprofundado dos problemas sociais, “aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 182).

A Constituição de 1934, apesar de manter a separação formal entre Igreja e Estado, configura um estreitamento de seus laços, pois o catolicismo é tido como religião oficial, bem como se assegura a indissolubilidade da família e a proibição do divórcio. Isso garantirá a presença da Igreja em diversos ambientes estatais, como na educação pública e em todas as instituições de interesse coletivo, assegurando a sua função de controle social e político (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Como consequência deste contexto histórico e principalmente do CEAS, em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, na cidade de São Paulo, que dará continuidade ao trabalho que já era realizado pela Igreja Católica. A partir de então, o Serviço Social passa a ser uma profissão assalariada, institucionalizada e com formação profissional (Cardoso, 2013).

O Serviço Social se institucionaliza como profissão contratada pelo Estado, que com o tempo passou a ser um dos incentivadores da qualificação técnica dos assistentes sociais, ampliando seu campo de trabalho, de acordo com as estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da “questão social” e o apaziguamento dos conflitos, consolidando-se em políticas sociais.

Em síntese, podemos afirmar que o Serviço Social nasce como uma estratégia que visa a manutenção da ordem vigente, com uma formação profissional que a partir de 1936 estará embasada na doutrina social da Igreja Católica, “o que dará a marca das bases teóricas e éticas desse projeto profissional conservador [...] - especialmente embasado pela filosofia neotomista-, e ao *ethos* burguês” (Cardoso, 2013, p. 115). Mediante tais influências, a

²⁹ “A origem social das mulheres que ingressam nas primeiras Escolas de Serviço Social vincula-se ao pensamento católico e às classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por esta origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas, de cunho moralizador. No âmbito das determinações da gênese do *ethos* profissional, esse aspecto adquire uma importância significativa, tendo em vista que a educação moral internalizada no processo de socialização dos indivíduos é formadora de um referencial de valor que a formação e prática profissional podem romper ou consolidar” (Barroco, 2010, p. 76).

construção histórica deste período é denominada como “projeto tradicional do Serviço Social brasileiro”.³⁰

O neotomismo repõe, sob novas determinações históricas, a filosofia tomista. Para esse pensamento filosófico de base teológica, o princípio da existência de Deus confere uma hierarquia aos valores morais, tendo em vista sua subordinação às “leis naturais” decorrentes das “leis divinas”. A natureza humana é considerada a partir de uma “ordem universal imutável”, donde as funções inerentes a cada ser apresentam-se como necessárias à “harmonia” do conjunto social, cuja realização leva ao “bem comum” ou à “felicidade geral”. Para tal filosofia, a “auto-realização da pessoa humana” supõe a moralidade ou “consciência reta” voltada à objetivação dos valores universais que adquirem sentido absoluto e se dirigem ao “fim último” da existência humana: a “perfectibilidade”. Ao obedecer às leis morais, os homens realizam sua “essência”, o que os aproxima de Deus, fonte dos valores universais (Barroco, 2010, p. 91-92).

Essa vertente também influenciou na compreensão de que era uma opção vocacional ser assistente social, em que seria “uma escolha, oriunda de um chamado, justificado por ações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a que só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que [...] é uma missão” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 91).

Neste sentido, a formação que buscava dar bases científicas e teóricas para o Serviço Social perpassava por uma compreensão da realidade social como algo inerente e imutável, voltado para as disfunções e patologias dos sujeitos. O profissional intervinha na cura, no ajustamento e na adequação dos indivíduos à normalidade social instituída. A “questão social” era apreendida de maneira segmentada, resultando na culpabilização dos indivíduos por sua situação social, ou seja, buscava-se resolver problemas individuais, bem como desajustes emocionais e biológicos, adequando os indivíduos à realidade social, com o objetivo de naturalizar as desigualdades sociais. “Vemos, nessa direção, o ensino de disciplinas como psiquiatria, psicologia, anatomia, higiene, higiene pré-natal, puericultura, obstetrícia, moral, religião, psicologia” (Cardoso, 2013, p.118).

“A presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das ideias positivistas” (Barroco, 2010, p. 74).

O pensamento positivista comteano explica e justifica ideologicamente a ordem social burguesa e uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da

³⁰ “Com base nessa perspectiva tão fortemente marcada pela Igreja Católica, este será o tom e a teleologia do projeto profissional tradicional/ conservador do Serviço Social brasileiro: *a busca por certa humanização do capitalismo e, ao mesmo tempo, por sua conservação*” (Cardoso, 2013, p. 116).

ordem e da autoridade, aliado à ideia de uma ordem social naturalmente “harmônica”, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como “desordem” que a educação moral pode superar. A articulação entre “harmonia” social e a ação moral tem como fundamento a valorização do altruísmo e da persuasão em busca da coesão social (Barroco, 2010, p. 77).

Tal perspectiva fragmenta a realidade em detrimento da compreensão de totalidade e das leis de movimento do concreto, fragmentando o próprio homem e tornando-o um trabalhador parcial, aquém da unicidade das relações sociais (Iamamoto e Carvalho, 2014), pois leva em consideração apenas a ciência como único guia da vida individual e social.

As primeiras organizações da categoria profissional no Brasil surgiram em 1946, por meio da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que foram as responsáveis pela criação das primeiras legislações do Serviço Social, com o Código de Ética de 1947, que contava com um direcionamento da categoria a um *ethos* conservador; e a criação do currículo mínimo de 1953, mantendo uma formação profissional tradicional com base na doutrina social da Igreja (Cardoso, 2013).

A partir de então, há uma preocupação em consolidar o Serviço Social como profissão, com grandes esforços da categoria em conferir um caráter técnico e científico ao Serviço Social. Desta forma, em 1957 é aprovada a Lei de Regulamentação da Profissão, definindo-se quem são os profissionais aptos e quais as suas atribuições, de uma maneira bem genérica e com um caráter tecnicista.

O projeto tradicional conservador do Serviço Social - que tem início na década de 1930, sendo o único projeto até a década de 1960 -, “marca na profissão uma homogeneidade de traços políticos, teóricos, éticos e técnicos” (Cardoso, 2013, p. 21).

Sua dimensão ética pauta-se em valores humanista-cristãos com base no neotomismo, tendo como referência a busca da perfectibilidade humana. Tem como base teórica o “arranjo” entre sua referência doutrinária e o positivismo, que lhe traz a visão do Serviço Social como profissão que contribui no equilíbrio social, por meio do ajuste e da integração dos indivíduos à sociedade, o que se expressará no direcionamento da formação profissional desse período (Cardoso, 2013, p. 121-122).

No contexto mundial, entre os anos 1960 até o final dos anos 1980, tem-se um período de grandes alterações no capitalismo, devido às consequências da II Guerra Mundial e dos anos gloriosos, que geraram grandes impactos no processo de expansão do capitalismo. Os países periféricos buscavam se integrar à ordem econômica mundial. “No caso do Brasil, tal busca se dará pela via do desenvolvimentismo, iniciado nos anos 1950 com o governo de

Juscelino Kubitschek (JK), com particularidades após 1961 com o governo de João Goulart (Jango)” (Cardoso, 2013, p.123-124).³¹

O desenvolvimento proposto por JK era uma suposta forma de crescimento do capital, por meio da industrialização e da construção de Brasília; e de superação da pobreza, com um tratamento naturalizado da “questão social”, que tinha por objetivo a harmonia entre as classes sociais. O governo de JK se encerra com altos índices inflacionários e com dificuldades em relação à balança comercial (Cardoso, 2013).

E é a partir desse contexto que na década de 1960 se iniciará a disputa entre projetos profissionais no Serviço Social, devido principalmente ao movimento de reconceituação na América Latina e o movimento de renovação no Brasil. “Esta é uma alteração que resultará na primeira expressão da diversidade teórica, política, operativa e ética no Serviço Social brasileiro. [...] Inaugura-se na profissão um importante caminho na construção do pluralismo e da possibilidade da divergência de pensamento” (Cardoso, 2013, p. 122). Há neste período uma expansão do Serviço Social, com o aumento do número de escolas e um grande esforço para a sua consolidação como profissão.

Em 1960 Jânio Quadros é eleito presidente, mas devido à pressão sofrida tanto pela esquerda quanto pelos conservadores, ele renuncia o seu cargo, fazendo com que o seu vice, João Goulart (Jango), assuma a presidência de 1961 a 1964, quando é interrompido pelo golpe militar. A “questão social” se manifesta neste governo da seguinte forma: “pressões dos grandes latifundiários, da burguesia industrial nacional, do capital estrangeiro e da classe trabalhadora organizada por respostas do Estado diante dos interesses de classe” (Cardoso, 2013, p. 125).

Cardoso (2013), afirma que ao final do mandato de Jango há uma aproximação dos interesses dos movimentos populares e da classe trabalhadora, pois há um reconhecimento e a não repressão das suas reivindicações. A autora também afirma que “os interesses do capital nacional e internacional foram colocados em jogo, e a explicitação da luta de classes apontou para a possibilidade de organizações que levassem a processos pré-revolucionários” (p. 127),

³¹ “Diferentemente da trajetória que determinou o *Welfare*, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora” (Mota *apud* Cardoso, 2013, p. 124).

contudo, a possibilidade concreta de reversão da ordem capitalista ainda estava muito distante.

Diante de tal contexto econômico-social e sob o medo da possibilidade da construção de processos revolucionários – a exemplo de Cuba, ocorre, então, a aliança entre os latifundiários, a burguesia industrial nacional, o capital estrangeiro e as forças armadas brasileiras. ‘Cortar o mal pela raiz’ era em essência, a opção por uma contra-revolução, e o ‘mal menor’ requeria a montagem de um Estado subfacista e de um governo militar ditatorial! Isso não resolveria a crise social crônica, mas permitiria salvar as classes dominantes e suas elites de uma tragédia histórica (Fernandes *apud* Cardoso, 2013, p. 127).

Desta forma, por meio de uma empreitada, em 1964 Jango é deposto do poder e se instaura o período ditatorial no Brasil³², em que as forças armadas brasileiras irão contar com a elite conservadora e serão financiados pelo capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano.

A finalidade da contra-revolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (Netto, 2009, p. 16).

Após 1964 se ergue um movimento simultâneo de ruptura e continuidade, em que esta se expressa por meio do resgate da exclusão e das soluções vindas do “alto”, bem como um Estado que passa a ter um papel decisivo no processo de acumulação, agindo também, em benefício das corporações transnacionais (Netto, 2009).

Netto (2009) esclarece que “as linhas-mestras deste ‘modelo’ concretizam a ‘modernização conservadora’ conduzida ao interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis” (p. 31) e acrescenta que houve uma internalização e territorialização do imperialismo, grande concentração da propriedade e da renda que acarretou uma oligarquia financeira, uma estrutura de classes bastante polarizada, um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes e a acentuação de desigualdades regionais por meio do aumento da concentração geopolítica das riquezas sociais.

³² Neste ano de 2014 completaram 50 anos desde o golpe de abril de 1964, o qual causa calafrios e apresenta reflexos até os dias atuais, em meio a diversos corpos ainda desaparecidos, mortes e torturas que ainda não foram julgados, sem contar a manutenção de respaldos ditatoriais na atualidade, em que a polícia militar é reflexo. São 50 anos, mas que de fato não há absolutamente nada a ser comemorado, são anos de luto, de silêncio, de omissão e de terror.

Essas iniciativas não ganhavam espaço em setores significativos da classe trabalhadora, muito pelo contrário, a instabilidade no emprego e a política depressiva dos salários fizeram com que o movimento da massa trabalhadora ganhasse mais força, juntamente com o movimento estudantil e isso colaborou para que o governo incorporasse a tendência de uma nova ordem pela via da militarização do Estado e da sociedade (Netto, 2009).

O que fora até então uma *ditadura reacionária*, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo da qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de *nítidas características fascistas*. No bloco sociopolítico dominante, conquista preeminência indiscutível o componente mais reacionário do pacto contra-revolucionário, aquele que corporifica os interesses do grande capital monopolista imperialista e nativo. [...] Se, entre 1964 e 1968, a ditadura assumiu o Estado, *ela agora cria as suas estruturas estatais*. [...] a tutela militar estende-se e amplia-se, generaliza-se por todos os poros do Estado e penetra os interstícios da sociedade. A repressão à oposição e ao dissenso, mesmo prosseguindo em linha seletiva, torna-se sistemática e se converte, operacionalizada de forma policial-militar (Netto, 2009, p. 38-39).

Em todo o ciclo autocrático, a militarização do Estado ditatorial e a hegemonia das correntes burguesas foram duas características fundamentais que percorreram todo esse processo. O controle da vida cultural no país também era um objetivo a ser alcançado, para que se voltasse à funcionalidade do projeto “modernizador”, pautando-se sempre no enquadramento e no controle, pois o Estado não produz cultura, o Estado intervém apenas indiretamente. Por isso a autocracia nunca conseguiu o completo domínio cultural, contudo, conseguiu erguer uma indústria cultural monopolizada e centralizada (Netto, 2009).

O enquadramento do sistema educacional também foi outro mecanismo necessário para dar continuidade ao projeto “modernizador”, que apesar de ter conseguido estabelecer eficiente dispositivos de controle, o regime autocrático burguês³³ se deparou com diversas formas de resistência e oposição, o que fez com que já nos anos setenta surgisse uma nova reflexão crítica acerca da educação brasileira (Netto, 2009).

É neste contexto que contraditoriamente o projeto tradicional do Serviço Social começa a ser questionado, impulsionando a renovação do Serviço Social brasileiro, que passa

³³ Cardoso sintetiza a compreensão de Netto (2009), e resume que “por autocracia burguesa entende-se: o poder da burguesia por ela instaurado e para ela realizado. [...] Consiste, portanto, em uma forma de governo onde há um único detentor do poder que tem controle social, político e econômico absoluto, sem consultar os seus dirigidos, tendo, portanto, uma relação direta com a ditadura. Assim, o processo vivenciado no Brasil não é apenas uma ditadura militar, mas uma ditadura da burguesia” (2013, p. 129).

a estar diante de um cenário de reorganização do Estado e de profundas modificações na sociedade, o que desembocará em mudanças na prática e na formação profissional (Netto, 2009). “A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora (Faleiros *apud* Cardoso, 2013, p. 128)”.

Contudo, Netto (2009) ressalta que esse rearranjo global também é resultante de acúmulos anteriores da profissão, os quais foram impulsionados pelos movimentos ocorridos nesse marco, pois a renovação do Serviço Social não foi uma estratégia intencional da autocracia burguesa, pelo contrário, “até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamentais há um claro componente de *validação* e *reforço* do que caracterizamos como Serviço Social ‘tradicional’” (p. 117), por meio da continuidade na contratação de meros executores de políticas sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas aprofundou ainda mais as expressões da “questão social”, desencadeando um aumento significativo da pauperização relativa e absoluta de amplos setores da população, o que fez com que o Estado ditatorial aumentasse a sua administração centralizada nas políticas sociais. Por isso, o Estado, principal empregador de assistentes sociais, juntamente com a inserção das grandes empresas monopolistas e estatais, por meio da filantropia privada, foram os responsáveis pela consolidação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais (Netto, 2009).

Este mercado colocou para o Serviço Social, dada a sua contextualidade sociopolítica, *um novo padrão de exigências* para o seu desempenho profissional – quer nas agências estatais, quer nos espaços privados recém-abertos [...] Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o *perfil* do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais” (Netto, 2009, p. 123).

Para constituir profissionais “modernos” eram necessárias profundas mudanças na formação profissional, sendo preciso “romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil” (Netto, 2009, p. 124). E foi justamente no lapso temporal da autocracia burguesa que o Serviço Social se insere no espaço universitário e se aproxima das disciplinas vinculadas às ciências sociais. O envolvimento e a inserção na universidade conformaram espaços de reflexão que possibilitaram o surgimento de uma massa

crítica no âmbito do Serviço Social. Com isso, autocracia burguesa, “no empenho para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário, acabou por colocar condições que possibilitaram um acúmulo apto a ser direcionado diversamente” (Netto, 2009, p. 130).

Há, portanto, uma mudança do perfil profissional demandado ao Serviço Social pelo mercado até então. No que diz respeito à formação profissional, há uma ruptura com a homogeneidade profissional por meio de um processo de laicização, ou seja, a formação e o trabalho profissional começam a se tornar autônomos em relação à Igreja.

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/ depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões; é uma tensão entre vetores de transformação e permanência – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo (Netto, 2009, p. 136).

Netto (2009) traz ainda que os processos que evocariam ruptura com o Serviço Social “tradicional” são anteriores à autocracia burguesa, mas que são precipitados por meio deste processo histórico. Antes da ditadura já havia o amadurecimento de alguns setores da categoria profissional, por meio da desvinculação com alguns setores da Igreja Católica, devido ao seu conservadorismo; o ingresso do próprio movimento estudantil nas escolas de Serviço Social; e a apropriação de referenciais das ciências sociais que trazem dimensões críticas para a profissão. Como consequência da densidade da reflexão profissional deste período, têm-se os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis, que são reflexos da renovação, porém conservadora, do Serviço Social no Brasil.

Cabe destacar que a renovação do Serviço Social não se deu de forma hegemônica, mas sim em meio a correntes que vislumbravam a “reatualização do conservadorismo”, agarrados ao pensamento tradicional-católico da profissão, resistem ao movimento de laicização, privilegiando componentes conservadores. Contudo, essa “reatualização” aparece com uma nova roupagem, com um cariz “moderno”, que Netto (2009) designa como “modernização conservadora”, com um claro direcionamento para a integração social, com uma visão do Serviço Social como profissão que contribui para a correção, enfrenta os desajustes e desequilíbrios, em busca do bem comum e da perfectibilidade humana, por meio de propostas metodológicas de intervenção cientificamente planejadas, pautadas na metodologia de Caso, Grupo e Comunidade. Em sua dimensão jurídica, expressar-se-á no Código de Ética de 1965, na lei que cria os Conselhos da profissão (1962) e nos dois

currículos mínimos (1964 e 1970), com uma visão tecnicista, cientificista e conservadora (Cardoso, 2013).

Dentro do processo de renovação do Serviço Social há também a aproximação do projeto fenomenológico ou de “reatualização do conservadorismo” (Netto, 2009), que estará presente na profissão desde meados dos anos 1970 até 1979. Esse projeto retomará a vinculação com a doutrina social da Igreja e a defesa de valores tradicionais, com ênfase na pessoa e na ação profissional por meio da ajuda psicossocial, sem questionamentos da ordem social. A sua dimensão ética se pauta em valores humanista-cristãos, com base no neotomismo e na fenomenologia, com o foco na pessoa, que é tomada de maneira abstrata e individualizada, voltando-se apenas para a compreensão da subjetividade, possibilitando o autoconhecimento do sujeito e com uma individualização moralizante da “questão social”.

Apesar de em alguns momentos anunciar uma parca relação com a tradição marxista, utilizando termos como transformação, dialética, *práxis*, consciência crítica, dentre outros, acaba se perdendo na subjetividade e vontades individuais sobre a realidade social. Essa é uma vertente que não irá atingir significativamente espaços organizativos da categoria, mas que se expressará nas universidades, no Código de Ética de 1975 e no documento de Sumaré (Cardoso, 2013). Cardoso bem sintetiza a ética profissional tradicional/ conservadora como tendo

sua base na análise e compreensão de mundo no pensamento neotomista, no conservadorismo e no positivismo, sofrendo também influência do personalismo de Mounier em meados de 1970. Em decorrência dessas orientações, essa referência ética elege valores humanista-cristãos, como pessoa humana, perfectibilidade da pessoa humana, bem comum, autodeterminação e integração social, orientando a ação profissional ao enquadramento, ajustamento e correção das condutas de maneira disciplinadora, em uma abordagem focada na individualização e moralização da questão social, em consonância com o *ethos* burguês e sob forte influência da doutrina social da Igreja Católica. Ele se traduz nos códigos de Ética de 1947, de 1965 e de 1975, que trarão em seus artigos orientações claras para a atuação profissional com base nesses valores e referências de intervenção (2013, p. 166).

Apesar de toda contradição e complexidade no processo sócio histórico do Serviço Social, podemos afirmar que no Brasil, desde os anos sessenta, são desenvolvidos processos favoráveis para a erosão do *ethos* tradicional da profissão, abrindo espaço para a renovação, para a inserção do pluralismo e para a emergência de uma vertente crítica. Nos anos 60/70, uma parcela minoritária de profissionais opta pela participação cívica e política, ampliando a consciência social e recusando ideologicamente a ordem burguesa. Esse

contingente de profissionais aliados ao movimento de reconceituação e à militância, aproximam-se do marxismo, por meio da inserção na universidade e começam experiências práticas compromissadas com as classes populares. Inicia-se a produção de uma literatura crítica que visa compreender o significado da profissão, questionando as suas bases tradicionais. O engajamento político-partidário dessa categoria se movimenta para a resistência da ditadura, fazendo escolhas pautadas em valores emancipatórios e voltadas para a liberdade (Barroco, 2010).

As primeiras aproximações do Serviço Social com o marxismo se deram por meio de uma “*apropriação ideológica*” (Santos, 2007), com uma utilização parcial e cheia de recortes do pensamento marxista, capturando apenas seus elementos ideopolíticos. Tais recortes e apropriações serviram como base para a ruptura, contudo, se detiveram apenas ao pensamento e às ideias (Santos, 2007).

Em 1970 se tem uma etapa do “marxismo cristão”, que foi marcado pela *Teleologia da Libertação* e pela *Revolução Sandinista*. O marxismo possibilitou ao cristianismo uma análise precisa das causas da pobreza e de métodos para a sua abolição (Barroco, 2010). “A articulação entre marxismo e cristianismo conduz, em muitos aspectos, a uma interpretação messiânica e utópica” (Barroco, 2010, p. 147).

Decorreram daí alguns desdobramentos, a exemplo de posturas fatalistas, que esperavam a realização do inelutável capítulo da revolução socialista como uma “lei”, minimizando assim a ação humana; ou ainda, o seu inverso, posições messiânicas, impregnadas de voluntarismo e moralismo, que encaravam a luta de classes como a luta do “bem contra o mal”. Em ambos os casos tem-se uma concepção abstrata do homem e da sociedade (Santos, 2007, p. 73).

Cabe destacar também que as primeiras aproximações do Serviço Social com o marxismo se deram por meio da militância, o que também gerou diversos equívocos, como a compreensão de que o assistente social não trabalha, mas sim milita³⁴, houve ainda uma apropriação de fontes secundárias, o que impossibilitou uma aproximação ontológica do pensamento de Marx nesse primeiro momento. Apesar de tais equívocos, essas aproximações foram fundamentais para o processo de ruptura, possibilitando questionamentos acerca da ordem capitalista e sua expressão ditatorial.

³⁴ A construção de uma nova moralidade profissional, nos anos 60/70, está atrelada à participação política, donde sua configuração nesse período, como um *ethos* militante, em oposição ao tradicional, em suas formas antigas e reatualizadas, o que aponta para a peculiar origem da nova ética profissional: sua subordinação imediata à opção política (Barroco, 2010, p. 143).

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com a herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com essa herança conservadora (Quiroga *apud* Santos, 2007, p. 74-75).

Ao longo da década de 1980 ocorrem novas aproximações entre o Serviço Social e a tradição marxista, que se expressarão por meio de uma “*apropriação epistemológica*” (Santos, 2007), que afirma ser impossível o conhecimento da ontologia do ser social e que irá colocar o marxismo como “um modelo que se ‘aplica’ na prática. [...] Esse entendimento suscitou a expectativa de que o assistente social fosse o ‘agente de transformação social’” (Santos, 2007, p. 77). Essa perspectiva do marxismo como um modelo se expressa no Código de Ética de 1986, que apesar de trazer uma leitura marxista da sociedade, não apresenta as mediações necessárias para o exercício profissional.

Diante de sucessíveis aproximações equivocadas, ainda na década de 1980 houve certo esforço coletivo para apropriação da vertente marxista que desse conta do movimento do real e dos processos históricos, de tal forma que

a superação deste momento pode ser denominada como *apropriação ontológica* da vertente crítico-dialética. Sendo algo bastante recente – meados da década de 1990 -, ela *tem permitido o desvelamento de questões fundantes para a ruptura com o conservadorismo*, intervindo assim de forma qualitativamente superior na garantia da direção social estratégica. Esse salto pode ser constatado em pelo menos três debates centrais para o Serviço Social nesse período: a reformulação do Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e a Revisão Curricular. De forma geral, eles realizaram a inversão necessária ao processo de constituição do “concreto pensado” extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão, denominada aqui de “*apreensão ontológica do marxismo*”, vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes no momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político-profissional (Santos, 2007, p. 78-79).

O processo de apreensão ontológica do marxismo possibilitou um aprofundamento e uma análise da totalidade nos debates do Serviço Social acerca – e não só - das particularidades do trabalho na sociedade burguesa e também sobre as expressões da “questão social”, que passaram a ser vividas no Brasil e no mundo de formas muito mais complexas e aprofundadas, devido às intensas mudanças vividas na década de 1990.

Cabe destacar que as aproximações entre o Serviço Social e o marxismo não se deram de forma homogênea e linear, mas sim em meio a um pluralismo profissional. Netto (1996) também destaca que existe um fosso muito grande entre duas extremidades da categoria

profissional: a da produção de conhecimentos e a da execução de serviços, de tal forma que a apropriação significativa do marxismo fica restrita aos profissionais ligados à produção de conhecimentos, o que “tenderá a reproduzir o mito da dicotomia e a ser terreno fértil para a manutenção do conservadorismo” (Santos, 2007, p. 84).

2.2 A ética e a perspectiva ontológica

Ao longo dos anos 80 se verifica um salto de qualidade no espaço acadêmico, organizacional e profissional do Serviço Social, com um amadurecimento político tanto da formação quanto das práticas profissionais, marcados pelo III CBAS, em 1979, mais conhecido como “Congresso da Virada”, que é um marco histórico da profissão, pois representa a ruptura pública e coletiva com o conservadorismo.

Por mais que a categoria profissional ainda carregasse as heranças da ditadura militar e da “modernização conservadora”, ela emerge na transição democrática com condições para a sua maturação, inserindo-se nas lutas mais amplas em busca da conquista e do aprofundamento da democratização da vida social (Iamamoto, 2008).

O debate profissional dos anos 80 é situado por meio da crítica ao conservadorismo e ao marxismo vulgar, tal qual foi incorporado pela reconceituação; há também análises mais profícuas acerca da historicidade da profissão, aproximando-se do debate sobre a vida cotidiana, o que possibilitará a compreensão do caráter contraditório do papel profissional em seus espaços de intervenção, o que trará uma politização das ações, não mais nos marcos do militantismo, mas sim em compreender a profissão nas relações de poder de classe e de Estado. Desta forma, o Serviço Social deixa de apenas denunciar e negar o tradicionalismo para efetivamente agir (Iamamoto, 2008).

Essas mudanças desembocarão na formulação do Código de Ética de 1986, que será uma expressão formal da ruptura com o Serviço Social tradicional, em que se rompe com a neutralidade profissional, com os pressupostos metafísicos e se estabelece o compromisso com a classe trabalhadora. Apesar destes avanços, ainda ficam resquícios de uma visão estática e unilateral, mantendo-se a concepção de ética praticamente inalterada, com um caráter mecanicista.

Outra problemática apontada por Barroco (2008) é justamente a vinculação com a classe trabalhadora, pois um código de ética deve ser representativo da categoria, e tal vinculação exclui os profissionais que não fizeram essa opção. A autora ainda acrescenta que o Código de Ética possui duas dimensões: uma de princípios gerais referidos a valores e outra que se refere à operacionalização prática destes valores; e é por isso que em um Código de Ética o compromisso deve ser com os valores e não com classes, grupos e indivíduos, pois não cabe a um Código prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores.

Até o início dos anos 90 há uma ausência de reflexão ética sistemática no interior da profissão. No Código de 1986 a concepção ética praticamente não se altera, ou seja, “a subordinação imediata entre ética e política, entre ética e ideologia não é questionada” (Barroco, 2010, p. 170) e isso se expressará no processo de implantação do novo Currículo de Serviço Social, de 1982 a 1984, que apesar de ser um dos marcos de ruptura com o tradicionalismo profissional, não prevê a revisão das disciplinas de Ética e Filosofia, que fornecem subsídios para uma reflexão efetiva acerca desse movimento de ruptura (Barroco, 2010).

A ausência de um debate ético que desvelasse, no interior do pensamento de Marx, sua concepção ontológica contribuiu para que, ainda nos anos 80, em geral, a remissão a valores universais ou ao humano-genérico fosse tomada como abstração negadora da história e das classes sociais. [...] Assim, o Código de 1986, de orientação marxista, não consegue superar a visão presente no marxismo tradicional: a que reduz a ética aos interesses de classe (Barroco, 2010, p. 175).

Por mais que não houvesse uma suficiente apreensão ética, isso não leva a dizer que não ocorreram transformações de natureza ética e moral, que, apesar de não terem sido sistematizados e refletidos em sua significação, o *ethos* tradicional foi sendo negado a partir da prática profissional, desembocando em uma nova moralidade no interior da profissão (Barroco, 2010).

Na década de 90 se tem uma mobilização da sociedade civil acerca da questão ética, por meio de reivindicações que exigem a ética na política e na vida pública, devido às expressões da lógica destrutiva do capitalismo, que serão aprofundadas no processo de globalização neoliberal e que serão sentidos, principalmente, nos países periféricos (Barroco, 2010). “Entre muitos aspectos, eliminam-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado em face da ‘questão social’, privatizam-se serviços públicos e empresas estatais, desmontam-se, gradualmente, as legislações de proteção social e do trabalho” (Barroco, 2010, p. 179). A

lógica desse modelo irá se manifestar por meio do desemprego, da precarização das relações de trabalho e na desmobilização dos movimentos sociais.

Paralelamente o Estado constrói um discurso de “solidariedade” e “responsabilidade social” por parte da sociedade civil frente às expressões da “questão social”, que irá reatualizar práticas de filantropia, bem como ajudará a desmobilizar os movimentos sociais. Ou seja, “desconstrói-se uma cultura da cidadania para construir uma cultura do medo, da insegurança, do descrédito na política, nas leis e na ética” (Barroco, 2010, p. 179).

É este cenário dos anos 90 que rebaterá diretamente na população trabalhadora, inclusive no interior do Serviço Social, o que proporcionará elementos para que a questão ética ascenda nos debates da profissão, graças também ao acúmulo dos anos anteriores. A questão ética ganhará espaço privilegiado em seminários, cursos, encontros, invadindo também os meios de comunicação, e, de certa forma, a vida cotidiana (Barroco, 2010).

A partir de 90 fica evidente uma ampliação do recurso à filosofia que, despontando em teses e artigos voltados à reflexão sobre o método crítico-dialético, a cultura, a alienação, a práxis etc., aponta novas possibilidades para a discussão ética. Observa-se um esforço na direção do resgate da herança filosófica de Marx através do recurso a Hegel, emergindo produções apoiadas em Lukács, Heller, Mészáros, Habermas, entre outros (Barroco, 2010, p. 181).

Tais aproximações culminaram na revisão do Código de 1986, em que se buscou manter as suas conquistas, nas quais possibilitaram a aproximação da profissão com forças sociais progressistas, traduzidas na crítica ao conservadorismo e ao marxismo vulgar, bem como na análise da historicidade do Serviço Social, concretizando-se no domínio da dimensão política. Contudo, o Código de 1993 além de manter as conquistas, supera as insuficiências do código anterior, que apresentava certo anacronismo com o próprio debate do Serviço Social brasileiro, em que as dimensões ética e profissional não foram abordadas de maneira satisfatória e também as relações sociais eram tomadas como dualidade e não como contradição (Iamamoto, 2008). Desta forma,

entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-los objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Neste sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade (Barroco, 2010, p. 200).

Para além de defender a ultrapassagem da ordem burguesa, o Código de 1993 estabelece a direção sócio-histórica da ultrapassagem, por meio da sua vinculação com um

projeto societário, supondo a erradicação de todas as formas de exploração, opressão e alienação, o que é impossível de ser conciliado com o capitalismo. “Com essa fundamentação, o Código se opõe não apenas ao liberalismo, mas, também, ao humanismo-cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista” (Barroco, 2010, p. 204). No Código também surgem algumas inovações, como o pluralismo e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendado nas conquistas dos dois Códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teóricos-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 60 (Barroco, 2010, p. 206).

Neste sentido, o Código de Ética de 1993 vem embasado em uma concepção histórico-ontológica do homem, dotado de liberdade, que tem no trabalho a sua atividade fundante e que pode se autodeterminar como um ser universal, social, consciente e livre. “Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania” (Barroco, 2010, p. 201). Ultrapassa-se assim, a visão tradicional da essência humana como sendo abstrata e atemporal.

Como já analisamos, é por meio do trabalho que o homem irá se (re)construir constante e historicamente, pautando-se na sua relação individual com a coletiva, e é justamente por meio da atividade humana e das relações sociais que o homem irá atribuir valor às coisas e objetos, de acordo com a sua necessidade, utilidade e beleza.

Em outras palavras, os valores são uma criação coletiva que diz respeito às relações sociais e, portanto, ao modo de produção (objetividade) e que, dialeticamente, eles passam pela individualidade e subjetividade do ser social. São apreendidos, reconstruídos ou reproduzidos por cada indivíduo a partir de sua consciência, nos seus diferentes níveis, e estabelecidos a partir de sua relação com a sociedade e vivência de maneira geral, ou seja, cada indivíduo singulariza a apreensão e vivência desses valores (Cardoso, 2013, p. 33-34).

Assim, os valores são criados pela ação humana, sendo transmitidos geracionalmente, passando pela subjetividade e individualidade dos homens ao aceitá-los ou negá-los. Estes valores são internalizados e externalizados por meio de nossas ações em nossas relações cotidianas (Cardoso, 2013). “A valoração de um objeto supõe a sua existência material concreta: seu valor corresponde a uma práxis que o transformou em algo novo que responde às suas necessidades, e, como tal, é bom, útil [...]. Por isso, o valor não é uma decorrência apenas da subjetividade humana; ele é produto da práxis” (Barroco, 2008, p. 29).

Já a moral, do latim *mos*, que significa costume, é comumente definido como sendo “[...] um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada [...]” (Vázquez *apud* Cardoso, 2013, p. 41). Contudo esta é uma visão parcial da moral, que é desenvolvida na sociabilidade capitalista como sendo exterior, anterior e superior aos indivíduos. Essa apreensão é extremamente funcional para a manutenção da ordem vigente, pois descola a moral do seu caráter histórico, transitório e emancipatório.

Desta forma, a moral é compreendida aqui como o conjunto das formas de interação social entre homens e mulheres nos processos mais amplos de socialização, que supõe a adoção de valores e a escolha entre eles, sendo acessada por meio da vida cotidiana. A moral não é neutra, ela é atravessada pelo campo ideológico. “Ontologicamente considerada, a moral é uma relação entre o indivíduo singular e as exigências genérico-sociais” (Barroco, 2008, p. 43).

A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais dominantes, numa determinada época histórica. Possibilita que os indivíduos adquiram o “senso” moral (referido a valores, por exemplo, a justiça), ou seja, tornem-se conscientes de valores e princípios éticos. Ao serem internalizados, transformam-se em orientação de valor para o próprio sujeito e para juízos de valor em face dos outros e da sociedade (Barroco, 2008, p. 42).

De acordo com Barroco (2008), na sociedade de classes, a moral tem uma função ideológica precisa: integrar socialmente. A moral também contém uma série de potencialidades emancipadoras: “é uma expressão da capacidade autolegisladora do ser social; supõe a adoção de valores, a escolha entre eles; torna o indivíduo responsável pelos seus atos, amplia sua consciência, estabelece vínculos sociais, propicia um exercício de autonomia, entre outros” (Barroco, 2008, p. 44).

A moral está presente na vida cotidiana, a sua reprodução depende do espontaneísmo e da repetição para que as normas se transformem em hábitos e costumes, de forma a responder às necessidades de integração social, sendo que nem sempre as escolhas feitas na vida cotidiana representam um exercício de liberdade e consciência (Barroco, 2008).

Tendo como ponto de referência Lukács (1996), Barroco (2008) afirma que a vida cotidiana é insuprimível, é por meio dela que o indivíduo entra em contato com hábitos, costumes e normas, contudo, essa socialização está voltada à singularidade e não à genericidade. A autora ainda traz que apesar de estar voltada para a singularidade, a

cotidianidade é um elemento ontológico do ser social, sendo fundamental para o desenvolvimento de mecanismos de autoconservação. A vida cotidiana é a esfera que mais está suscetível à alienação, devido à sua imediatividade e à reprodução acrítica de valores.

Sendo assim, a moral dominante hoje é a moral burguesa que afasta o homem das suas capacidades emancipadoras, aproximando-o de processos alienantes, individualizados, moralistas e movidos por preconceitos. A sociedade atual não permite a implementação de normas e deveres com a participação ativa de todos. “Nenhuma moral é neutra, ela carrega em si uma dada direção que se quer imprimir à sociedade, sendo necessária como forma de regular as relações” (Cardoso, 2013, p. 42).

De acordo com Lessa (s.d.) “o individualismo burguês, segundo Lukács, é o solo da hipócrita moral que predomina nos nossos dias. Para ele, a essência da moral burguesa está em pregar a obediência às leis e aos costumes e, ao mesmo tempo, violá-los sempre que lucrativo” (p. 37-38).

A ética é justamente o contrário da moral burguesa. Lukács argumenta que a ética é a expressão das necessidades humanas (coletivas e individuais). Enquanto expressão das necessidades humanas, a ética é importante para que os homens tomem consciência do que são, das suas reais necessidades enquanto seres humanos.[...] A moral burguesa é sempre conservadora, pois coloca os interesses mesquinhos e estreitos da acumulação pessoal de riquezas acima das necessidades humanas, individuais ou coletivas. A ética, pelo contrário, é sempre revolucionária, emancipadora, pois torna visíveis para todos, sob a forma de valores éticos, as reais necessidades humanas. Toda ética, portanto, nos dias de hoje, é necessariamente uma crítica ao capitalismo, à hipócrita moral burguesa e ao individualismo burguês. Não há ética que não seja revolucionária, nos dias em que vivemos e, por isso, segundo Lukács, uma proposta de emancipação humana possui necessariamente uma dimensão ética (Lessa, s.d., p. 38).

A moral e a ética possuem em comum o fato de estarem relacionadas às ações e às capacidades humanas e de serem “históricas, sociais e mutáveis. No entanto, ética e moral são distintas entre si” (Cardoso, 2013, p. 52). A ética se realiza a partir de ações e escolhas críticas e conscientes acerca da moral dominante, por meio de suspensões do cotidiano, elevando as singularidades à genericidade humana (Cardoso, 2013).

Enquanto a moral possui na vida cotidiana seu locus fundamental de movimentação, a ética perpassa todas as esferas da vida social. “Em grego, ética vem de *ethos*, que significa modo de ser. Modo de ser enquanto *práxis* humana que envolve, portanto, reflexão, valores e ação no mundo” (Cardoso, 2013, p. 55).

A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos

dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos éticos-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando amplia a capacidade de escolha consciente; sobretudo, quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento (Barroco, 2008, p. 56).

Agir eticamente pressupõe uma atividade humana transformadora, em que o sujeito age de forma consciente e livre, que para além de poder escolher entre alternativas pré-existentes, tem a liberdade de criar novas alternativas de escolha. Liberdade essa que não pode ser reduzida ao âmbito das decisões individuais, assim como é posto que “nas atuais relações burguesas de produção, por liberdade compreende-se o livre comércio, a livre compra e venda” (Marx e Engels, 2011, p. 59). Contudo, a experiência da liberdade é uma construção coletiva, em que a minha liberdade não pode limitar a liberdade do outro, a liberdade enquanto valor ético central significa a plena liberdade de todos.

Ampliando o sentido *stricto sensu*, apresentaremos a ética aqui enquanto possibilidade humana da reflexão crítica sobre a moral, orientada por valores emancipatórios que nos conduzem a ações que levam em consideração o outro na direção de nossa elevação ao humano-genérico. Um modo de ser, informado pela reflexão crítica sobre o comportamento, traduzida em ações na busca de nossa genericidade humana e do reconhecimento de nossa universalidade (como gênero humano) (Cardoso, 2013, p. 56-57).

Assim, entendemos a ética na sua dimensão ontológica, como práxis e mediação, que pressupõe ações conscientes e refletidas com base em escolha de valores de forma livre, sendo fundamental também para analisar criticamente a moralidade dominante. A dimensão ética, ao mesmo tempo em que exige uma prática concreta, exige também uma reflexão crítica, representando um dos espaços propícios para a realização da liberdade, ou seja, possui a capacidade de criar valores e alternativas de escolha, elaborando possibilidades de transformação dos mecanismos que impedem a livre manifestação das capacidades humanas e também do campo dos (des)valores.

CAPÍTULO 03:

Ética na Formação Profissional

3.1 A dimensão ética na formação profissional

Por atravessar todas as esferas sociais, a dimensão ética também se faz presente nas relações profissionais, possibilitando o contato entre as particularidades profissionais com a universalidade, direcionando ações de forma crítica e refletida, potencializando movimentos marcados pela subjetividade para processos de consciência e abrindo o campo das possibilidades. Assim, podemos afirmar que existe uma profunda relação entre a ética e a ética profissional. No dizer de Barroco (2008), a ética profissional representa “um modo particular de objetivação da vida ética” (p. 67).

A ética profissional não se resume em uma simples formulação de Códigos de Ética, sua complexidade implica em debates e discussões coletivas, em reflexões éticas acerca do significado e fundação dos valores universais, trabalho educativo, participação cívica e política que vincule diretamente a profissão à sociedade e oriente os profissionais a respeito da impossibilidade de se eximir de escolhas e responsabilidades (Barroco, 2008). “Na vida social existem projetos individuais, coletivos e societários. Os profissionais são de caráter coletivo; supõem uma formação específica, uma organização de cunho legal, ético e político” (Barroco, 2008, p. 65), de tal forma que

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 1999, p. 4).

De acordo com Barroco (2008), existem três dimensões articuladas entre si que compõem a ética profissional: a) dimensão filosófica – representa as bases teóricas da reflexão ética; b) o modo de ser (*ethos*) da profissão que diz respeito à consciência moral de seus agentes objetivada na teleologia profissional e ao produto objetivo das ações profissionais; e c) a normatização objetivada no Código de Ética Profissional.

Parece supérfluo observar que a reflexão ética, como toda operação teórica, não é neutra ou isenta; quando se apresenta como tal, querendo mostrar-se imparcial, apenas procura mistificar a sua essência: na medida em que tematiza o dever ser, a ética é *sempre empenhada, comprometida, compromissada* com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais. É pertinente, pois, explicitar claramente os fundamentos que norteiam as suas formulações e os valores relativos àquelas projeções (Paiva *et al.*, 2008, p. 164).

A ética apropriada pelo Serviço Social é empenhada, comprometida e compromissada com mecanismos que visam romper com todos os processos de exploração, opressão e alienação social, direcionando-se à liberdade e à autonomia, construindo uma sociedade que se fundamente em valores igualitários e libertários, assegurando a plena expansão dos indivíduos sociais.

Assim, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro possui na sua estrutura basilar o Código de Ética de 1993, que tem no seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, compreendida na sua historicidade e na possibilidade de escolha entre alternativas concretas. “Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999, p. 15).

No Código de Ética do Serviço Social (1993) afirma-se que “cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional”.

A ética profissional se articula com projetos societários, “os projetos societários estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas” (Barroco, 2008, p. 66).

Embora a concordância entre os projetos profissionais com o projeto societário hegemônico seja uma realidade em determinadas conjunturas, também se constituem, contraditoriamente, projetos profissionais que se opõem e defendem outros projetos societários, que tornam possível a aproximação com os interesses da classe trabalhadora. Porém, é impossível tal superação somente por meio de uma categoria profissional, sendo necessário o movimento de diversos setores da sociedade para que mudanças estruturais sejam alcançadas (Netto, 1999).

Conforme Netto (1999), os projetos profissionais são “*estruturas dinâmicas*”, que respondem às mudanças históricas, sociais e culturais, sendo “importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão)” (p. 5).

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (Netto, 1999, p. 5).

O pluralismo faz parte da vida social, inclusive no interior das profissões, por isso que a consolidação de um projeto profissional sempre será permeado por contradições e tensões. Entretanto, tais divergências devem ser um campo aberto para a luta de ideias, que devem supor o respeito para com as hegemonias legitimamente conquistadas (Netto, 1999), ou seja, deve-se ter a compreensão da diversidade no referencial teórico do Serviço Social, mas não se pode esquecer que existem correntes teóricas que se afastam do projeto ético-político defendido pela profissão e que vão de encontro com uma perspectiva conservadora, acrítica e imediatista.

Com isso ressaltamos que a adesão consciente (ética) a um determinado projeto profissional implica decisões de valor inseridas na totalidade dos papéis e atividades inscritas na relação entre o indivíduo e a sociedade; na reprodução da singularidade e da genericidade humana. Eles podem ou não estar em concordância; se não estiverem, instituem conflitos ético-morais, propiciando que as normas e os princípios sejam reavaliados, negados ou reafirmados, revelando que as escolhas, o compromisso e a responsabilidade são categorias éticas inelimináveis das profissões, mesmo que, em determinadas circunstâncias, possam não ser conscientes para parte de seus agentes (Barroco, 2008, p. 67).

Adentrando nas particularidades da ética na formação profissional, podemos afirmar que a profunda avaliação e revisão do processo de formação em Serviço Social que culminou nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) teve como força impulsionadora as transformações nos processos de produção e reprodução da vida social a partir dos anos 90 – reestruturação produtiva, reforma do Estado e novas formas de enfrentamento da “questão social” -, que afetarão diretamente no trabalho dos assistentes sociais. De tal forma que essas mudanças exigirão uma nova forma de pensar e agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e respostas dadas.

Tal revisão curricular contou com o compromisso acadêmico, com um direcionamento ético-político e prático organizativo, de forma que os pressupostos do currículo de 1982 foram reafirmados e acrescidos, “expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidades de aproximação do real, para nele intervir e transformá-lo” (Koike, 2009, p. 211).

Sendo assim, o conjunto de diretrizes irá estabelecer uma base comum, no plano nacional, para os cursos de Serviço Social³⁵, tendo como alguns dos seus princípios básicos: a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; o pluralismo como prática do debate acadêmico e de disputa de projetos societários; a superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; a indissociabilidade entre ensino/ pesquisa/ extensão, entre estágio/ supervisão acadêmica e profissional; a ética como princípio formativo que perpassa toda a formação curricular; dentre outros.

As diretrizes foram estruturadas em núcleos que são/devem ser articulados entre si. Em sua composição possui a fundamentação da vida social, a formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional, o movimento da reprodução social com as expressões da “questão social”, os quais irão se desdobrar em matérias, disciplinas e nos demais componentes curriculares (Koike, 2009).

Apesar de tais potencialidades, as diretrizes estão permeadas por tensões, problemas e limites, em que se destacam:

pontos como os da questão social, trabalho e serviço social, pesquisa, metodologia, relação teoria-prática, instrumentalização, entre outros, são fonte de recorrentes debates e investigação nas unidades acadêmicas, nos espaços profissionais e nos eventos do Serviço Social, indicativo de que se trata de projeto em aberto, democrático, ou seja, um processo em construção (Koike, 2009, p. 212-213).

Sem contar o ataque do Ministério da Educação (MEC), que após um longo período de tramitação no Conselho Nacional de Educação (1997 a 2001), homologa as diretrizes pela metade, retirando vários dos seus princípios, desfigurando e esvaziando os conteúdos existentes (Koike, 2009).

Ao suprimir princípios e conteúdos das matérias indicados para a formação do assistente social, precisamente o norte do projeto, as unidades de ensino ficaram sem referência, sobretudo os novos cursos, facultando estruturar seus projetos pedagógicos segundo sua própria apreensão da direção e da lógica curricular. No contexto em que proliferam cursos com a finalidade empresarial, o princípio da flexibilidade curricular, traduzida em simplificação e aligeiramento do processo

³⁵ Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABESS, 1996).

formativo, encontram respaldo nos pareceres emitidos pelo órgão que coordena a política educacional, desconhecendo o projeto construído pela categoria profissional e suas entidades acadêmicas e organizativas (Koike, 2009, p. 213).

Nesse sentido, é necessário ampla divulgação e conhecimento por parte da categoria profissional acerca da direção e da lógica curricular defendida pela profissão, que é fundamentada por um projeto que possui como base referenciais teóricos, técnicos, éticos e políticos definidos, que devem ser inseridos no interior das unidades acadêmicas, e, conseqüentemente, na formação profissional do assistente social (Koike, 2009).

Sendo assim, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996), a dimensão ética compõe um dos eixos fundamentais, que deve ser abordada em uma perspectiva de totalidade, atravessando todo o processo de formação acadêmica.

A matéria básica “Ética Profissional” possui como referência: os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro (ABESS, 1996).

Nas diretrizes se objetiva uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação (ABESS, 1996)

Para que os eixos fundamentais das Diretrizes Curriculares de 1996 e o projeto profissional não sejam apenas um “roteiro de boas intenções” (Koike, 2009), é necessária a transversalidade da ética tanto na formação quanto na prática profissional, de tal maneira que

essa dimensão não se resume a uma disciplina, mas que contemple e faça parte da totalidade do processo de formação, que impulse a reflexão e a ação crítica da moralidade dominante, direcionando-se à liberdade plena e viabilizando processos de conexão entre o particular e o universal.

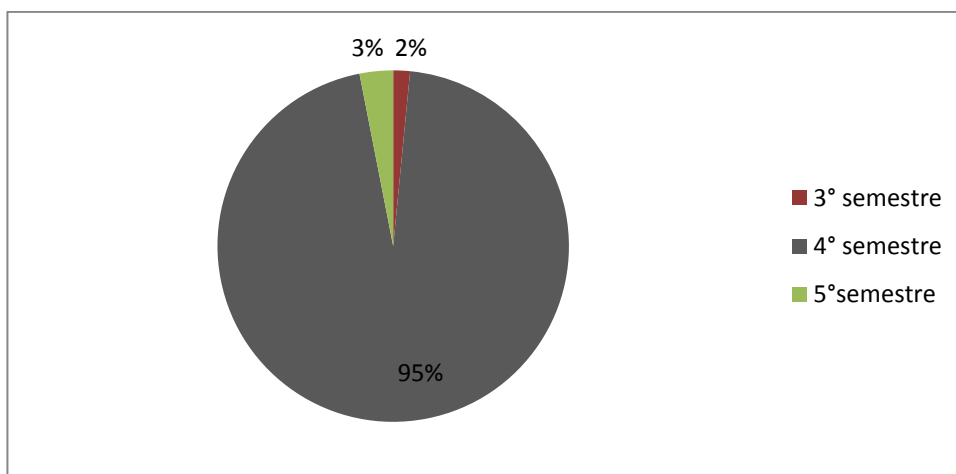
3.2 A dimensão ética: uma análise das disciplinas de ética

Em consonância com os elementos fundamentais trazidos anteriormente, cabe-nos agora tratar da dimensão ética a partir da percepção de discentes e docentes buscando apreender as problemáticas que atravessam esta percepção. Conforme explicitado na introdução deste trabalho, o universo dessa pesquisa contemplou quatro faculdades: Universidade Católica de Brasília - UCB (Taguatinga), Projeção (Guará), Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (Ceilândia) e Universidade de Brasília - UnB (Asa Norte).

Na amostra da pesquisa obtivemos 88 questionários respondidos. Desses 88, o total de discentes foi de 84 e de docentes 4. Dos 84 discentes, 65 estavam cursando a disciplina de ética e 19 já haviam passado pela disciplina. Essa divisão teve como objetivo apreender a concepção daqueles que estão tendo contato direto com os fundamentos éticos e aqueles que já passaram pela disciplina, o que nos auxiliou na análise de como a ética perpassa o processo de formação e se existe um aprofundamento ou não do debate acerca da ética no decorrer do curso de Serviço Social.

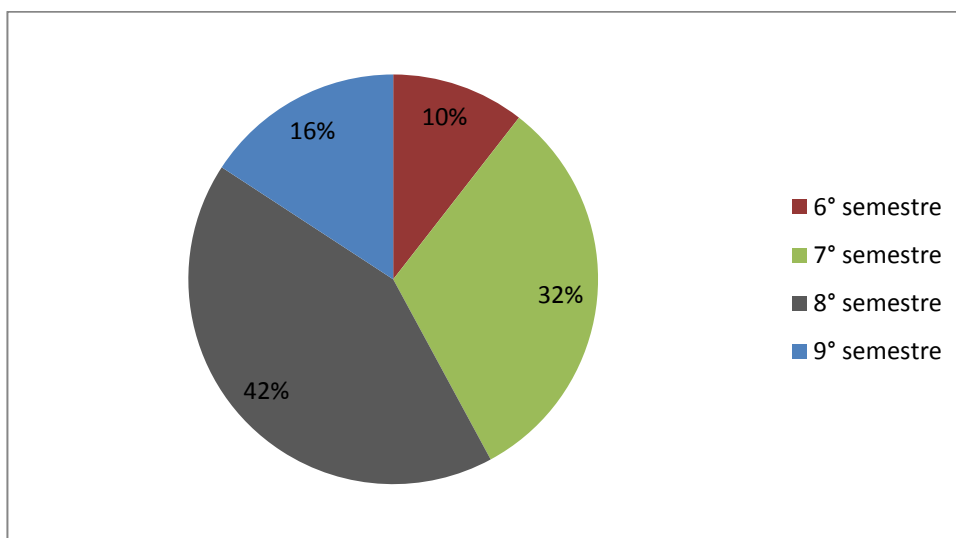
Os alunos que responderam aos questionários pertenciam a diversos semestres, sendo que os que estavam cursando a disciplina de ética eram, majoritariamente, do 4º semestre e os que já haviam cursado a disciplina estavam entre o 6º e o 9º semestre, conforme explicitado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 - Semestre dos alunos que estavam cursando a disciplina de ética



Fonte: pesquisa direta realizada com discentes das faculdades UCB, Projeção, IESB e UnB, 2013.

Gráfico 2 - Semestre dos alunos que já cursaram a disciplina de ética



Fonte: pesquisa direta realizada com discentes das faculdades UCB e UnB, 2013.

No que se refere ao perfil dos alunos, dos 84 discentes que responderam ao questionário, 73 são do sexo feminino e 11 são do sexo masculino. As 4 docentes eram do sexo feminino. Esses dados mostram a manutenção da feminização da profissão.

A questão de o Serviço Social ser uma profissão composta, majoritariamente, por mulheres, encontra-se vinculada a sua trajetória histórica, desde as suas protoformas aos dias atuais. A predominância feminina na profissão está ligada à concepção do papel da mulher na sociedade, que no início da profissão estava voltada para a “vocação natural da mulher para as

tarefas educativas e caridosas [em que cabia] a preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades” (Iamamoto e Carvalho, 2014, pg.172). A profissão, historicamente situada, encontra em sua origem tais compreensões acerca do papel do homem e da mulher na sociedade:

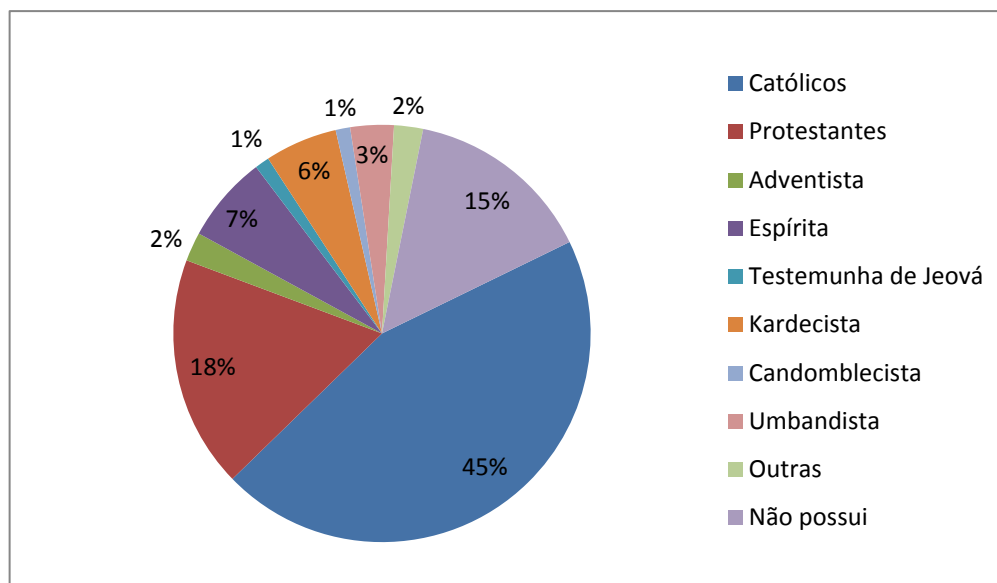
Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 171).

O contexto atual mostra que o Serviço Social continua sendo uma profissão marcadamente feminina, que no ideário social as mulheres possuem características e aptidões para o exercício do Serviço Social, que ainda é percebido de acordo com alguns dos moldes do surgimento da profissão, ou seja, evidencia-se uma ligação histórica e complexa a ser rompida.

Permanecemos em uma sociedade marcada por padrões patriarcais e machistas que apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho e de várias conquistas neste campo, ainda temos que romper com preconceitos e com a concepção de que existem profissões ditas como sendo “masculinas” ou “femininas”.

No que tange a orientação sexual, 3 docentes afirmaram ser heterossexuais e 1 bissexual. Em relação aos 84 discentes, 72 são heterossexuais, 5 homossexuais, 3 bissexuais, 2 não responderam e 2 responderam outras opções.

Gráfico 3 - Religião dos alunos



Fonte: pesquisa direta realizada com discentes das faculdades UCB, Projeção, IESB e UnB, 2013.

Em relação à religiosidade, observamos que 84,52% dos alunos praticam alguma religião, ao passo que apenas 15,48% afirmam não possuir nenhuma, sendo que a religião católica é majoritária entre os alunos, com 45% e entre as docentes também, pois 75% afirmam ser católicas e a religião candomblecista também apareceu como opção de uma das docentes.

A questão da religiosidade merece destaque por ser uma questão intrinsecamente ligada ao *ethos* tradicional da profissão desde a sua origem, que difunde valores e uma moralidade que é permeada por uma ideologia que diverge do atual projeto ético-político do Serviço Social e que incentiva formas de interação social que visam a conservação do *status quo*.

De acordo com os dados coletados, inferimos que tais opções religiosas deverão gerar inquietações e tensões durante o processo de formação, pois os princípios e valores defendidos pela profissão apresentam uma compreensão social radicalmente diversa das que são apresentadas pelas religiões, de tal forma que caberá ao aluno uma análise crítica e uma tomada de posição acerca de tais contradições.

Ao serem questionados se a religião influenciou de alguma maneira na escolha do curso, 14 alunos responderam que sim, 67 responderam que não e 3 não responderam nada.

Apesar de a maioria afirmar que não foram influenciados pela religião na escolha do curso de Serviço Social, observamos que as concepções religiosas permeiam de outras maneiras a formação, como por exemplo, ao perguntar aos alunos que estão cursando a disciplina de ética se identificavam algum tensionamento entre a formação em Serviço Social e os valores nos quais foram socializados, 40 responderam que sim e 19 que não. Aos que responderam sim, obtivemos respostas como:

“São conflitantes pois no meu campo de atuação não posso aplicar meus valores aos usuários do Serviço Social” (Estudante 1A).

“Ao pegar uma demanda de adoção para casais homoafetivos” (Estudante 1R).

“Em algumas situações em que eu poderia fazer algo pelo outro e não posso por causa da ética” (Estudante 1T).

“Como respondido na questão anterior, sou católica, e a doutrina católica é contra o marxismo que resulta ser contra o socialismo/ comunismo” (Estudante 1V).

“Eu identifico pela minha história de vida social e com minhas convicções já formadas” (Estudante 2C).

“A partir dos valores ideológicos que foram inculcados na minha formação advindos das religiões, da minha formação cultural/ educacional, política [...]” (Estudante 2E).

“Sobre respeitar as diferenças, a luta pela inclusão social e por uma sociedade menos desigual” (Estudante 3N).

“O debate da religião com a conceituação dos “princípios moralizantes éticos” entram muito em conflito pessoal com a prática profissional” (Estudante 4D).

“Não sou a favor de debates como a descriminalização do aborto e da eutanásia por compreender a vida a partir de outra concepção” (Estudante 4H).

Tais respostas mostram o impacto e as contradições geradas pela vivência religiosa no processo de formação em Serviço Social, que resultam, muitas vezes, na negação de princípios básicos defendidos pela categoria profissional, como a autonomia, a emancipação, a plena expansão dos indivíduos sociais e a não discriminação, que são impossibilitadas por meio de tais concepções que não aceitam o confronto de ideias e nem abrem o espaço para o pluralismo, o que também inviabiliza uma reflexão ética, devido à não suspensão da cotidianidade, o que também não leva à ações refletidas.

Ainda em relação às tensões entre a formação e os valores, nos chamou a atenção respostas que não identificam nenhum tipo de tensionamento e que dizem estar em total consonância com os valores defendidos pela profissão ou até mesmo afirmar que possui valores mais emancipatórios do que os da profissão, como:

“Meus valores são mais emancipatórios, porém com a minha formação em Serviço Social, amplio minha visão de mundo e desconstruo “verdades” liberais” (Estudante 4C).

“Ao escolher o curso de serviço social sabia que os meus valores poderiam ser confrontados, mas até o presente momento a minha ideologia é semelhante às matérias do curso” (Estudante 1Z).

“Não, eu sempre me identifiquei com a profissão de assistente social, e com a graduação encaixou certo com os meus valores” (Estudante 3A).

“Não, os valores e ética do Serviço Social estão de acordo com minha conduta” (Estudante 3H).

“Todo o conhecimento que adquiri veio em sintonia com meus valores. A harmonia entre estudo, conhecimento e aprendizado tudo tem a ver com o que fui educado, familiarmente falando” (Estudante 3L – grifos nossos)

Tais respostas nos fazem refletir acerca de quais valores estes alunos estão se referindo e como vem se dando a apreensão dos valores profissionais durante a formação. Tendo como suporte as Diretrizes Curriculares de 1996 em que se defende a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, as respostas supracitadas são um indicativo de que essas dimensões não veem sendo garantidas de forma adequada durante o processo de formação, pois afirmações de que existe uma total identificação desde sempre com a profissão e que os valores profissionais estão de acordo com a forma que o aluno foi educado familiarmente, nos parece que são afirmações que generalizam e apresentam-se atravessadas pela dinâmica da vida cotidiana. Não que os discentes não possam vir de famílias com valores mais progressistas, pois até esta dimensão tem que ser atravessada pela vivência cotidiana e pela sociabilidade.

Muitas são as tensões, polêmicas e divergências existentes no cotidiano das unidades de formação, tendo em vista que o processo de formação em Serviço Social exige uma crítica constante ao padrão vigente. Neste sentido, também observamos respostas relacionadas ao tensionamento entre formação e valores que mostram que a formação contribui para problematizar os valores que estão postos, trazendo posicionamentos críticos, cumprindo com um dos papéis da formação em Serviço Social, que é repensar a socialização primária, geralmente permeada de preconceitos e (des)valores. Observamos este “salto” qualitativo nas seguintes falas:

“Valores considerados como meus, foi possível apreender que estes são formados não por mim, mas pela moral dominante na sociedade” (Estudante 4F).

“Com o aprendizado que eu obtive nas aulas de Ética, não existem valores individuais, mas sim valores coletivos que nos são impostos e nos apropriamos deles.” (Estudante 4L – grifos nossos).

“Tenho passado a rever meus conceitos e pré-conceitos diante do ser humano” (Estudante 1K).

“O curso de Serviço Social me fez ser mais crítica perante a sociedade, não aceitando tudo que é passado seja na mídia ou até mesmo no dia-a-dia” (Estudante 1L).

Quando questionados se consideravam a dimensão ética importante para a formação, 83 alunos responderam que sim e apenas 1 não respondeu nada. Ao pedir para justificar tal afirmação, começamos a observar algumas problemáticas na compreensão da dimensão ética. Em relação aos alunos que estão cursando a disciplina de ética, coletamos alguns exemplos:

“Porque através da ética vamos ter a capacidade de resolver problemas sem perder o foco” (Estudante 1D).

“Para entender os valores sem questionar a tomada de decisão individual do ser humano e para a profissão será um grande proveito para interagir com o indivíduo” (Estudante 1E).

“Sim, pois impede que façamos algo motivado por compaixão ou por acreditar que a pessoa merece aquele tipo de atendimento, ou que tem determinado direito” (Estudante 1T).

“A dimensão ética é fundamental para a formação profissional do assistente social, pois nela adquirimos comportamentos, valores, normas e preceitos a serem abordados na prática profissional” (Estudante 1Y).

“Sim, pois toda profissão tem que ter ética, pois precisamos de um controle [...]” (Estudante 3A).

“Com a ética é que vamos saber de todos os códigos, que vão ser de muita importância em nossa vida” (Estudante 3D).

“A ética é importante porque ela define o nosso disciplinamento dentro da instituição ou fora. Cabe a nós seguirmos essas regras” (Estudante 3F).

“A ética é uma disciplina que tem um conhecimento para nossa profissão, a conduta e o respeito” (Estudante 3K).

“Porque é imprescindível o profissional ter referência em um código ou lei para se posicionar [...]” (Estudante 3L).

“Delimita o que quero, o que posso e o que devo fazer ou não. Me dá subsídio para escolhas, ações e intervenções” (Estudante 3Q).

Essas respostas esvaziavam e mostram uma forte incompreensão da dimensão ética, reduzindo-a brutalmente, seja afirmando que é uma disciplina, que serve para compreender a subjetividade, que é uma esfera que impede ações, que serve para controlar, que é por meio dela que adquirimos os valores e a moral (dominante) e o que mais sobressai é a ética como sendo apenas a expressão dos Códigos de Ética profissional, que tem como função a

disciplina, o controle e a punição. Ou seja, como há pouco aprofundamento acerca dos fundamentos teóricos da ética, a discussão fica centrada basicamente no ensino do Código de Ética.

Neste sentido, as escolhas profissionais são marcadas por escolhas anteriores, que dizem respeito à nossa socialidade e individualidade. Isto significa que a ética extrapola o código e que a realização objetiva de um compromisso com valores depende, entre outros fatores, do nível de consciência ético-política expressa pela categoria profissional (Barroco, 2008, p. 121-122).

Outra problemática encontrada é a equivocada compreensão de que o Serviço Social possui uma ética própria, como se fosse fruto da profissão e não uma apropriação histórica de uma capacidade humana que se faz presente em todas as esferas da vida social, inclusive no interior da profissão de Serviço Social. Podemos observar isso nas seguintes respostas:

“A ética profissional do curso de Serviço Social me ajudará a possuir uma opinião exata a respeito de determinado assunto que foge, como por exemplo, o conceito de moral” (Estudante 1Z – grifos nossos).

“Porque com ela [a dimensão ética] não cometemos erros, omissão e outros que vão contra a ética do Serviço Social” (Estudante 3H – grifos nossos).

Quando questionamos sobre a importância da ética na formação, também obtivemos algumas – poucas - respostas mais aproximadas com a dimensão ética apropriada pelo Serviço Social:

“Pois a partir dela [a dimensão ética] podemos trabalhar de forma racional, crítica, frente as contradições existentes na sociedade” (Estudante 2D – grifos nossos).

“Não só para a formação profissional, mas também para a minha construção como sujeito. Pois a dimensão ética que aprendemos (apreendemos) no Curso de Serviço Social é diferente com a ideia de ética e moral que fomos sociabilizados, sendo de suma importância para a constituição de um profissional consciente e crítico e para o enriquecimento de uma profissão” (Estudante 4A).

Em relação aos estudantes que já cursaram a disciplina de ética, notamos que há uma apreensão mais global acerca da realidade social e as problemáticas são expressas de uma maneira mais sutil, o que não significa que sejam menos problemáticas. Quando questionados sobre a importância da dimensão ética na formação, algumas das respostas foram:

“Porque a ética perpassa todas as dimensões, tendo em vista que o respeito à pluralidade e a compreensão da complexidade do ser social é imprescindível para qualquer forma de intervenção” (Estudante 5A).

“Porque contribui sistematicamente para o direcionamento profissional compreendendo a realidade em sua totalidade e o posicionamento necessário frente os elementos existentes” (Estudante 5E).

“Para que possamos nos posicionar a favor do usuário e contra a exploração do capital” (Estudante 6C).

“É fundamental e base para a prática profissional, de forma que determina os posicionamentos e “conduta” da profissão” (Estudante 5H).

A última resposta reforça o estreitamento da compreensão da dimensão ética, como se fosse determinante para estabelecer posicionamentos e condutas, o que claramente se resume ao Código de Ética Profissional, ou seja, observamos que tal (in)compreensão seja do Código de Ética e da própria dimensão ética, se perpetua no decorrer dos semestres. Ressaltamos também que nenhuma das respostas traz a liberdade como valor ético central e nem mesmo um dos movimentos essenciais da ética, que é relacionar o particular com o universal, a subjetividade com a objetividade do gênero humano.

Marx ressalta a liberdade como a capacidade que o homem possui de se autodeterminar, de desenvolver suas potencialidades e habilidades, acentuando que a liberdade inexiste na sociedade capitalista. A liberdade desse ser alienado, separado de sua essência, só poderia ser possível mediante o reconhecimento desse homem como ser genérico que, em sua individualidade subjetiva, compreenderia e passaria a reconhecer em si o universal objetivo. Afastaria de si o direito positivo como prerrogativa, podendo compreender as relações que engendram o ser social na sociedade capitalista (Marx *apud* Barroco, 2012, p. 122).

Neste sentido, perguntamos aos 84 alunos se na atualidade é possível ser verdadeiramente livre, 19% respondeu que sim e 81% que não. E para os estudantes que já passaram pela disciplina de ética perguntamos qual é o valor ético central do código de ética e do projeto de formação, apenas 31,5% respondeu a liberdade como valor ético central e os outros 68,5% apresentaram outros “valores” como sendo centrais, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1: valor ético central do projeto ético-político profissional	
Liberdade	6
Garantia de direitos dissociados de valores morais particulares	1
Dignidade da pessoa humana	1
Igualdade de direitos e social	1
Respeito	1
Compromisso com o usuário	1
Acabar com a divisão de classe e todos seus preconceitos	1
A questão social na sociedade capitalista	1
Perspectiva de garantias de direitos, transformação de um modelo de sociedade	1
A desconstrução da desigualdade por meio das ações profissional	1
A emancipação e autonomia do usuário	1
Superação do modelo de sociedade atual, construção de uma nova ordem societária	1
Liberdade, igualdade, e a busca da verdadeira democracia	1

Não respondeu	1
TOTAL	19

Fonte: pesquisa direta realizada com discentes das faculdades UCB e UnB, 2013.

A sistematização feita acima mostra uma presença forte do conservadorismo por meio das respostas que afirmam a dignidade da pessoa humana e o respeito como sendo valores éticos centrais, estes “valores” estão presentes e são defendidos pelo discurso cristão. Desta forma, vemos uma renovação das bases tradicionais do Serviço Social no processo de formação.

Observamos também falas próprias de um militandismo mecanizado, por meio da reprodução de ideologias esvaziadas de sentido, pois perguntamos apenas qual é o valor ético central e obtivemos respostas como: “acabar com a divisão de classe e todos os seus preconceitos”, “a desconstrução da desigualdade por meio das ações profissionais” e “superação do modelo de sociedade atual, construção de uma nova ordem societária”. Esses posicionamentos colocam como se fosse central e possível modificar estruturalmente a sociedade por meio apenas da intervenção dos assistentes sociais, o que é um grande equívoco, pois tais mudanças só serão alcançadas por meio dos processos de luta da classe trabalhadora.

Ainda em relação ao valor ético central, perguntamos aos alunos qual a concepção de liberdade que possuíam, obtivemos respostas como:

“É a capacidade de construir a minha história, onde eu tenho o livre arbítrio de escolher” (Estudante 1A).

“Ser livre, fazer o que bem entender, sem se preocupar com os conceitos da sociedade” (Estudante 1D).

“Liberdade para mim é eu fazer o que eu quero, ir aonde eu quiser, conversar com quem eu quiser, ter liberdade” (Estudante 1R).

“É o direito de ir e vir. Poder se posicionar sobre qualquer assunto e não ser punido por isso” (Estudante 1O).

“É poder se expressar, poder ir e vir e saber que mesmo tendo esses direitos, também temos deveres” (Estudante 1Q).

“A liberdade é a possibilidade de escolha entre o certo e o errado” (Estudante 1Z).

“Liberdade é poder ir e vir e poder fazer tudo o que queremos fazer [...]” (Estudante 3A).

Notamos que a compreensão da maioria dos alunos está voltada para a liberdade individual, de fazer, pensar e agir como bem entender. Outra compreensão que se destacou em

várias falas é a liberdade como o direito de “ir e vir”, típico da sociedade capitalista, que estabelece tal direito, mas não dá condições objetivas para que a maioria da população possa de fato usufruir desta “liberdade”. Direito este que se detém à minoria da população e que se vincula à recorrente fala de que “a minha liberdade começa quando a do outro termina”, compreensão que diverge da liberdade em sua perspectiva ontológica, que pressupõe a liberdade plena de todos, que para além de escolher entre as alternativas, poder criar novas condições de escolha.

A seguinte fala resume claramente a liberdade neoliberal na qual estamos submersos, que padroniza e dita as regras, resultando em punição para aqueles que forem contra tais ditames:

“Liberdade é o ato de poder fazer o que quero dentro de um determinado padrão, que rege as nossas atitudes, sendo punido quando sai fora desse padrão” (Estudante 3M).

Algumas respostas superam os entendimentos formulados pelo senso comum, trazendo a liberdade de acordo com o que é defendido pelo projeto ético-político do Serviço Social, demonstrando como este processo de formação e informação é importante para garantir avanços valorativos que possam contribuir na formação de sujeitos profissionais posicionados e críticos, como:

“Liberdade para mim é algo coletivo, dependente do outro. Não sou livre se o próximo também não o é. Podendo então, todos terem condições objetivas e concretas (com o campo das alternativas ampliados) para fazer escolhas” (Estudante 4A).

“Liberdade é ter condições concretas de construir um campo de possibilidade e fazer escolhas dentro destas” (Estudante 4J).

“Liberdade é a possibilidade das pessoas se desenvolverem e se expressarem na sua totalidade, não uma liberdade limitada (a sua liberdade termina quando a do outro começa), a liberdade não pode ser limitada” (Estudante 5D).

O suporte teórico que dá fundamentação à concepção ética e aos valores ético-políticos do Serviço Social se apoia nas bases ontológicas da teoria social de Marx. De tal forma que a ética e os valores estão inscritos no âmbito da práxis e que encontram no trabalho o seu modo de ser fundante (Barroco, 2012).

A objetivação do trabalho propicia o desenvolvimento de certas capacidades que instituem um *novo ser*, diverso de outros seres existentes na natureza: um *ser social*, capaz de agir *conscientemente*, de forma *livre* e *universal*. Esse ser é um ser da *práxis* porque por meio do trabalho transforma conscientemente a natureza e a si mesmo, responde a necessidades, cria alternativas, institui a possibilidade de escolher entre elas e produz socialmente um resultado objetivo que amplia suas

capacidades, criando novas alternativas, gestando, com isso, condições objetivas para o exercício da liberdade (Barroco, 2012, p. 54).

Partindo dessa fundamentação ontológica é que temos a ética como produto da práxis, ou seja, “uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir conscientemente na vida social, na direção da sua objetivação” (Barroco, 2012, p. 54).

Contudo, essas ações são produtos históricos e respondem aos contextos sociais nos quais estão inseridos, de tal forma que no modo de produção capitalista, mediado pela exploração do trabalho e pela barbarização da vida social, a objetivação consciente, universalizante, livre e emancipatória da ética encontra inúmeros obstáculos (Barroco, 2012).

O novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista (Koike, 2009, p. 204).

Essa realidade se expressa no processo educativo-formativo brasileiro, com sua clara adequação às necessidades do capital, em que “ao findar os anos de 1900 a educação superior aparece no mundo mercantil como campo dos mais promissores ao lucro” (Koike, 2009, p. 205).

Partindo dessas compreensões e da análise de que há um grande investimento por parte do modo de produção capitalista em desenvolver cada vez mais mecanismos alienantes, o que ocasiona impactos diretos na educação brasileira, por meio da precarização, da burocratização e do não estímulo à reflexão, perguntamos aos estudantes que estavam cursando a disciplina de ética qual o entendimento de ética e moral que possuíam. Algumas das respostas foram:

“A ética está relacionada a valores e com o seu posicionamento em relação ao indivíduo. Já a moral está interligada a costumes, valores, crenças, etnias e entre outros. Construídos a partir da base familiar, escolar, religiosa e da sociedade em si” (Estudante 1B).

“Ética é o conjunto de valores, entre o certo e o errado. Moral, você já vem construindo ela, desde pequeno, se tem na sua formação” (Estudante 1C).

“Ética, valores, condutas. Moral, costumes” (Estudante 1F).

“Entendo que ética é a prática da moral. A moral me sugere o que devo fazer e a ética me leva a fazer o que é correto. Ética é o modo de ser, é como eu sou” (Estudante 1G).

“Ética seria um conjunto de regras, valores de uma sociedade ou instituição e moral seria esses valores” (Estudante 1K).

“Ética, são as ideias que devem ser seguidas perante a sociedade. Moral são valores adquiridos no meio e que vive” (Estudante 1L).

“Ética é algo que aprendemos a ter de acordo com nosso convívio social, diferentemente de moral, que são os valores ensinados em casa” (Estudante 1W).

“Ética parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios da condição humana. Moral relativo aos bons costumes, que procede conforme a honestidade e a justiça, que tem bons costumes” (Estudante 3D).

“Ética se relaciona com costumes e hábitos. Moral valores, identificação do que é bom e ruim” (Estudante 3G).

“Ética é sua conduta na sua vida profissional e comunitária. Moral é a sua consciência sobre os seus atos” (Estudante 3H).

“A ética é o sigilo e o respeito com todos. A moral está junto com a ética” (Estudante 3K).

“Ética vem a ser um conjunto de princípios e regras que regem uma relação em determinado ambiente, já a moral pode ser o estudo da ética, está relacionado à cultura e costumes de um grupo” (Estudante 3L).

“Moral são costumes, regras de cada individuo e ética é o estudo da moral” (Estudante 3N).

“Ética é um conjunto de regras estabelecidas pela sociedade, que tem como base a diferença entre o certo e o errado, o bem e o mal, com base na reflexão da moralidade” (Estudante 3P).

Essas respostas reforçam as reflexões que fizemos no capítulo 1 deste trabalho, em que de acordo com Martins (1978), existe um modo capitalista de pensar, que permeia tanto o senso comum quanto o conhecimento científico que irá coisificar e desumanizar as relações sociais, ou seja, apesar de historicamente os assistentes sociais terem lutado para romper com essas bases conservadoras e lutarmos constantemente para que uma formação crítica e com uma perspectiva de totalidade seja assegurada, é inegável que o peso da formação e as tensões causadas neste ambiente são muito menores do que o espaço da vida cotidiana desses alunos, que a todo momento introduz mecanismos reatualizados para coisificar as relações humanas, visando naturalizar preconceitos e levando os indivíduos a tal grau de alienação que não consigam mais se reconhecer como gênero-humano.

Ou seja, quando pensamos a dimensão ética, tal como conquistado nas Diretrizes Curriculares de 1996, somos levados a questionar o que significa formar assistentes sociais num contexto de grande investimento pelas classes dominantes do Estado, na socialização de um universo ideológico e cultural, particularizado na defesa dos interesses do capital e na ruptura com valores civilizatórios, cuja consequência mais imediata é o massivo esvaziamento das capacidades críticas e da problematização em torno da intervenção profissional (Sousa *et al.*, 2013, p. 36).

Sendo assim, as respostas acerca da concepção de moral e ética trazidas pelos alunos acima, não condizem com o que foi construído historicamente pelo Serviço Social, o que nos leva a pensar sobre a precarização do ensino nas universidades públicas e privadas, o espaço

da universidade não como um ambiente livre e crítico, mas sim como um meio contraditório, em disputa, que tende ao consenso e à manutenção da naturalização da barbarização da vida social. A seguinte fala resume bem isso que estamos falando:

“A ética é você seguir aquilo que a sociedade impõe, é a forma como você deve agir, de como devo fazer dentro de uma lei. Moral vem acompanhada da ética, ambos caminham juntos, vem do próprio indivíduo” (Estudante 1S).

Essa fala vai na contramão da concepção de ética e moral que defendemos, ou melhor, é justamente o contrário daquilo que apreendemos, o que mostra um campo cheio de tensões, disputas e lutas contra ideologias que diariamente querem nos conformar com a sociedade em que vivemos e que quer nos impor como agir, afirmando que as expressões da “questão social” são fruto das mazelas individuais e não um reflexo do sistema bárbaro em que vivemos.

Neste sentido, não defendemos um projeto de formação profissional enquanto camisa de força ou mera imposição, mas como processo que é histórico, denso e permeado por conquistas, compromissos, derrotas coletivas nas estratégicas luta por emancipação política e necessária apropriação de consciência de classe e conhecimento profundo da realidade. Certamente nada disso se constitui como algo fácil, é um convite permanente e aberto à reflexão crítica, num entendimento de que não há um estado absoluto de ser docente e assistente social (Sousa *et al.*, 2013, p. 55-56).

Partindo da compreensão de que a formação é um espaço aberto e em disputa, que possui históricas conquistas coletivas, sendo a apropriação da ontologia do ser social uma delas, alguns dos alunos que estavam cursando a disciplina de ética se posicionaram acerca da dimensão ética e moral, pautados no projeto profissional historicamente construído pelo Serviço Social, como:

“A ética é libertária, revolucionária, com valores emancipatórios. A moral dominante é uma ferramenta poderosa da alienação” (Estudante 4C).

“Agir eticamente na perspectiva do serviço social é não reproduzir uma moral que represente qualquer tipo de opressão, preconceito, repressão, exploração” (Estudante 4G).

“A ética é pensar o como das possibilidades, é reflexão (práxis=ação refletida). A moral responde a uma necessidade prática de estabelecimento da convivência social, tendo em vista a socialização” (Estudante 4J).

Também fizemos a mesma pergunta aos alunos que já cursaram a disciplina de ética e ao responderem qual a concepção que tinham sobre ética e moral, algumas das respostas foram:

“Ética é o valor central da ontologia do ser social que promove a emancipação dos sujeitos e a vivência de sua liberdade. Moral é um conjunto de valores que norteiam a prática cotidiana do ser humano” (Estudante 5A).

“São valores centrais à formação profissional uma vez que direcionam a prática profissional na perspectiva de negar os desvalores e na construção de uma ação política dos profissionais na perspectiva e uma nova construção societária” (Estudante 5B).

“Moral é o conjunto de valores (dos sujeitos e coletivos) que “determinam” o que é certo ou errado (ela pode contribuir para reprodução de preconceitos – moralidade dominante). A ética é a postura adotada por profissionais e sujeitos nas suas relações sociais, e é baseada nos valores e na moral” (Estudante 5D).

“São valores que contribuem na ordenação da convivência social. Podem ser fundamentados em princípios religiosos ou não, mas de um modo geral a ética se designa a um grupo específico (ética profissional) a moral seria mais ampla” (Estudante 5F).

“Ética é o modo como você deve agir na sociedade de acordo com os valores esperados. Moral é a forma como a sociedade espera que você aja” (Estudante 5I).

“Ética são segmentos embasados no respeito que envolve toda a sociedade. Moral são valores arraigados pelo costume histórico” (Estudante 6B).

“Entendo que se trata de princípios e valores inseridos desde a criação de uma criança até sua fase adulta” (Estudante 6H).

“Ética: conjunto de ações criadas coletivamente, visando a construção de um bem comum entre todos os seres vivos. Moral: conjunto de ações sectaristas que pode justificar a barbárie entre os seres vivos” (Estudante 6I).

As respostas desses 19 alunos, que estão entre o 6º e o 9º semestre, nos mostra claramente que não há um aprofundamento do debate acerca da dimensão ética no decorrer da graduação, ou seja, a transversalidade da ética na formação em Serviço Social, que está posta nas Diretrizes Curriculares de 1996, não está assegurada hoje no processo de formação no Distrito Federal. Observamos a utilização de termos ou “jargões” que são muito utilizados no Serviço Social, mas que estão esvaziados de sentido.

Quando perguntamos a estes alunos, que estavam em um processo mais avançado do curso, se localizavam o debate da dimensão ética em outros espaços da formação, 3 dos alunos afirmaram que não identificavam e 16 alunos afirmaram identificar. Contudo, a maior parte dos alunos que identificavam (84,2%), citou apenas o estágio como espaço de debate acerca da ética. Assim como é trazido por Sousa (*et al.*, 2013), observamos que a questão da transversalidade fica majoritariamente circunscrita a um leque específico de disciplinas, sendo o estágio um espaço que trabalha bastante o Código de Ética profissional, não proporcionando um debate substantivo sobre os fundamentos éticos.

Os dados da nossa pesquisa quando confrontados com as análises feitas a partir da experiência do Projeto ABEPSS Itinerante (Sousa *et al.*, 2013), vêm reforçar a tendência nacional, pois os dados coletados nessa experiência revelam que a transversalidade da ética não ocorre ou ocorre timidamente não somente no DF (Centro-Oeste), mas também no Norte, Sul e Nordeste do país.

Outra coisa que nos chama muito a atenção tanto em relação aos alunos que estavam cursando quanto os que já passaram pela disciplina de ética, é que vários deles enquadram a moral e a ética no campo dos valores, afirmando que ambas as dimensões são valores. Ou seja, existe uma confusão muito grande dos alunos em relação a essas dimensões, que não se mostram claras para a maioria dos alunos nem na disciplina de ética e muito menos no decorrer do curso, pois não são trabalhadas teórico-metodologicamente durante todo o processo formativo.

Essas problemáticas nos leva a inferir que existe uma desvinculação dos fundamentos ontológicos nas disciplinas de ética, de tal forma que esse é um dos maiores obstáculos à compreensão da dimensão ética defendida pelo projeto ético-político do Serviço Social (Sousa *et al.*, 2013).

Os fundamentos ontológicos são essenciais para que a crítica à sociabilidade do capital supere abordagens de caráter economicista, politicista ou eticista, por vezes presentes no universo profissional, e favoreça a apreensão da realidade de modo complexo, em suas múltiplas determinações. A crítica a vida cotidiana é, nesse sentido, fundamental no debate ético e não pode prescindir desses fundamentos (Sousa *et al.*, 2013, p. 41).

No que se refere aos questionários respondidos pelas 4 docentes, perguntamos a elas se conheciam as Diretrizes Curriculares de 1996, todas elas afirmaram que sim. Em seguida perguntamos como a ética é tratada a partir das Diretrizes. Obtivemos as seguintes respostas:

“Procura-se debater questões éticas em todas as disciplinas. [...] Na disciplina Ética e Serviço Social oferecida no 4º semestre do curso, debate-se valores, sociedade, relações de trabalho a luz do projeto ético político do Serviço Social. Além disto, na disciplina procura-se realizar a interdisciplinaridade e questionamentos acerca dos valores, crenças dos acadêmicos” (docente 1).

“A ética sem Serviço Social é tratada a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva na qual os valores morais orientadores da profissão, objeto da Ética, refletem a visão emancipatória de sociedade conforme é defendida em nosso projeto ético-político-profissional” (docente 2).

“A ética ocupa lugar central uma vez que apresenta os compromissos ético-políticos da profissão e é premissa para a real compreensão dos processos de trabalho do SS” (docente 3).

“As diretrizes curriculares de 1996 colocam a ética como dimensão formativa transversal, ou seja, um conteúdo que deve ser garantido em todas as disciplinas e componentes curriculares” (docente 4).

Notamos nas falas a compreensão da transversalidade da ética na formação, bem como a perspectiva crítico-reflexiva própria da dimensão ética, que de fato são aspectos centrais e estruturantes na formação e que estão contemplados nas Diretrizes Curriculares de 1996. A docente 4 traz bem isso, que a ética deve ser garantida em todas as disciplinas e componentes curriculares. A docente 2 traz ainda a visão emancipatória presente no nosso projeto ético-político. Contudo, a docente 1 traz a sua experiência enquanto docente que ministra a disciplina de ética no curso de Serviço Social, não respondendo a pergunta “como a ética é tratada a partir das Diretrizes?”, nós não perguntamos sobre a disciplina, mas sim a respeito da dimensão ética. Já a docente 3 traz a ética como sendo responsável por apresentar compromissos para a profissão, o que de fato pode ser resultante dos processos de reflexão e suspensão da cotidianidade, contudo, não sabemos se ela está falando neste sentido, pois ela não traz nenhuma dessas perspectivas em sua afirmação.

Pedimos para as 4 docentes avaliarem se o curso de Serviço Social da instituição garantia as Diretrizes Curriculares no que se refere à dimensão ética, 2 delas responderam que sim e 1 destacou que por mais que seja “um curso novo dentro da faculdade, a instituição demonstra respeitar e valorizar os docentes da área, conferindo-lhes autonomia para condução do plano de ensino e considerando suas sugestões para a composição da bibliografia a ser utilizada”. E a outra docente respondeu que não, afirmando que “como componente transversal este conteúdo formativo deveria estar presente no debate das disciplinas de FHTMs, dos espaços sócio-ocupacionais, etc. A abordagem, problematização reflexão fica restrita a disciplina fundamentos éticos e ética profissional, e, alguns componentes são retomados no Estágio Curricular obrigatório, mas na dimensão normativa, ou seja, o código como uma legalidade profissional”.

Solicitamos também para que analisassem, para além da disciplina, quais outros componentes curriculares tratam da dimensão ética. Destacamos três respostas:

“Na estruturação do currículo da [Unidade de Formação] houve uma preocupação com a articulação entre as disciplinas. Assim, elementos de uma disciplina subsidiam o conteúdo de outras. Mas, percebo que ainda não há uma adequada interação no tocante à Ética Profissional” (docente 2 – grifos nossos).

“Percebo a presença desse conteúdo em todas as disciplinas que tratam especificamente da prática profissional do A.S. e, ainda, naquelas que tratam das Políticas Sociais e demais campos de atuação” (docente 3).

“Apenas o núcleo de fundamentos do trabalho profissional especificamente a disciplina de Estágio” (docente 4).

Desta forma, observamos uma importante problematização feita pela docente 2, que permeia a realidade nas faculdades de Serviço Social hoje, que é a inexistência ou inadequada transversalidade da dimensão ética no processo de formação, que muitas vezes acaba se resumindo apenas no trato da disciplina de ética. Já as docentes 3 e 4 percebem a dimensão ética nas disciplinas que tratam os fundamentos do trabalho profissional, ou seja, nas que tratam dos campos de trabalho do assistente social e especificamente no estágio, o que é problemático e foi claramente reforçado pelas respostas trazidas pelos alunos, pois a ética é tratada nessas disciplinas, mas na sua dimensão estritamente profissional, voltando-se para o Código de Ética Profissional (1993), ou seja, os fundamentos ontológicos e debates substantivos acerca da dimensão ética não estão sendo feitos nesses espaços.

Em relação ao referencial teórico-metodológico utilizado para a construção da disciplina de ética, as docentes afirmaram se basear em:

Tabela 2: referencial teórico-metodológico utilizado nas disciplinas de ética			
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4
Maria Lucia Silva BARROCO	Maria Lucia Silva BARROCO	Fundamentos filosóficos da ética	George LUKÁCS (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem
Código de Ética Profissional 1993	Adolfo Sanchez VÁZQUEZ	Fundamentos históricos da construção da ética no Serviço Social	Maria Lúcia Silva BARROCO (2001). <i>Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.</i>
Dilséa BONETTI		Produção dos FHTM	José Paulo NETTO (2005). <i>Capitalismo Monopolista e Serviço Social.</i> José Paulo NETTO (1998). <i>Ditadura e Serviço Social: Uma análise crítica do Serviço social no Brasil pós-64</i>
Valéria FORTI		Código de Ética 1993	D. BONETTI, et al. (2001). <i>Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis</i> , e et al. (2001). <i>Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis</i>
Natalio KISNERMAN			Agnes HELLER (1989). <i>O cotidiano e a história</i>
Adolfo Sanchez VÁZQUEZ			Silvana Mara SANTOS. Et al. Contribuições à crítica do preconceito no

			debate do Serviço Social
Leonardo BOFF			Uelber B. SILVA (2012). Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács

Fonte: pesquisa direta realizada com docentes das faculdades UCB, Projeção, IESB e UnB, 2013.

Com relação à bibliografia, identificamos que ela se encontra pertinente com o que está proposto nas diretrizes, uma vez que como já destacamos, trata-se de uma bibliografia escassa. Chama-nos atenção que a compreensão de ética que a profissão apropria se remete necessariamente aos fundamentos ontológicos, de tal forma que os docentes deveriam elencar bibliografias que recolhessem elementos diretamente do pensamento de Marx e de uma fonte essencial para o debate que é o pensamento de G. Lukács, que a partir do estudo da ontologia do ser social, a partir de Marx, traça-se a linha da centralidade ontológica para o debate da ética. Esse referencial foi elencado apenas pela docente 4. As respostas da docente 3 não nos permite fazer tais alusões, pois ela se refere ao que seria o programa da disciplina ou pelo menos os elementos que compõem os conteúdos/ eixo da disciplina.

O referencial teórico é importante porque poderia nos dar uma visão de tensões teórico-metodológicas ou tendências de debates como o da bioética, do relativismo cultural, mas as respostas não nos deram elementos para fazer essas relações. A bibliografia elencada também não nos possibilitou visualizar quais referenciais atravessam os debates que se referem aos direitos humanos, preconceitos, etc. Consideramos importante fazer o registro, pois, na nossa avaliação, são elementos importantes.

Aliado a isso, perguntamos quais os desafios e dificuldades identificados para tratar este conteúdo na formação em Serviço Social hoje. As respostas foram as seguintes:

“Fazer com que o aluno reflita sobre seus valores e como estes foram construídos. Fazer com que o aluno perceba os seus preconceitos” (docente 1).

“O principal desafio é desconstruir as concepções sobre moral e ética presentes na maioria dos estudantes. Para muitos, há dificuldade em compreender a ética como um processo reflexivo relativo à moral. Esta, a moral é percebida como algo fora da história. Este tem sido o maior desafio” (docente 2).

“A falta de identificação de alguns discentes (talvez a maioria) com o projeto ético-político, especialmente em função da dificuldade em superar valores e preconceitos individuais” (docente 3).

“É um desafio para os docentes, pois ainda que tenhamos uma boa produção no que se refere a sua fundamentação ela também é escassa. Também interessa destacar que esse debate hoje nas ciências sociais e humanas não é hegemonizado pela perspectiva crítica que bebe no marxismo” (docente 4).

Alguns dos desafios apontados se entrecruzam, desdobrando-se no esforço das docentes em desenvolver mecanismos que estimulem a reflexão dos alunos acerca dos valores nos quais foram socializados, bem como em relação aos preconceitos. Outra dificuldade fundamental trazida pela docente 2 é a desconstrução das concepções dos alunos sobre moral e ética, de tal forma que a compreensão de tais dimensões não ocorram descoladas dos fundamentos ontológicos apreendidos pelo Serviço Social. Já a docente 4 destaca como sendo um desafio para tratar da dimensão ética, a escassa produção que temos na área e que este não é um debate hegemônico nas ciências sociais e humanas. Desta forma, observamos

um conjunto de problematizações que derivam, também, das condições de trabalho de cada unidade de formação acadêmica, da inserção ou não do/a docente no debate da profissão e, em particular, da ética em nível nacional, bem como das próprias condições da formação acadêmica dos/as docentes e das condições de vida material e cultural dos docentes e discentes (Sousa *et al.*, 2013, p. 37).

Indagamos também se elas consideravam esse conteúdo importante para a formação e para o exercício profissional, todas 4 afirmaram que sim. A relevância da dimensão ética tanto no processo de formação quanto no exercício profissional é explicitada na seguinte fala:

“Avalio que com o processo de ruptura com o conservadorismo, mais precisamente com a devida apropriação do pensamento de Marx e da tradição marxista o serviço social avançou significativamente no entendimento do que é profissão, e do que seja a sua função social. Nesse contexto, é que podemos decodificar valorativamente estes avanços. A formação a luz das diretrizes tem contribuído como um processo de mediação entre os projetos individuais e os projetos societários na medida em que problematiza as verdades consolidadas que estes discentes têm no campo das projeções. Estas problematizações são importantes para garantir efetivamente um exercício profissional qualificado” (docente 4).

Por fim, perguntamos às docentes sobre as expectativas com relação ao impacto da disciplina sobre a visão de mundo dos discentes. Obtivemos as seguintes alusões:

“1º) Conhecimento do projeto ético do Serviço Social. 2º) Reflexões acerca de seus valores, crenças, preconceitos. 3º) Entendimento da ética como disciplina fundamental para a formação do Assistente Social. 4º) Utilização da ética em todas as suas relações: profissionais e também pessoais” (docente 1).

“Minha expectativa é que os futuros colegas consigam perceber a Ética profissional não apenas como um conjunto de normas materializadas como no Código, mas em uma referência que provoca uma reflexão constante sobre o nosso fazer profissional, seus compromissos e suas consequências. E leva-las a sempre perguntar: para que e para quem fazemos Serviço Social?” (docente 2).

“Espero possibilitar uma reflexão que os levem a reconstruir alguns conceitos, rever posicionamentos e perceber seu papel fundamental de agente da mudança societária que buscamos” (docente 3).

“Filosoficamente falando, eu tendo a utilizar a alegoria do Mito da Caverna de Platão. Penso que uma disciplina não consegue efetivar processos profundos de ruptura com toda uma socialização que está posta e é acriticamente introjetada pelos discentes. Por isso o mito da caverna é uma boa alegoria, que a disciplina possa ao

menos dar ao aluno condições de separar a aparência da essência. Que as conexões da realidade possam ser encharcadas de dimensão valorativa, que eles consigam se distanciar minimamente desses valores e coloca-los sob o crivo da crítica. Ou seja, a disciplina sendo dentro de um processo de formação um ponto de tensão e reflexão” (docente 4).

As expectativas das docentes são bem pertinentes e relevantes, principalmente no que se refere ao que a docente 2 trouxe, que a ética não seja compreendida como um conjunto de normas que se concretizam no Código de Ética Profissional, mas como uma dimensão que constantemente provoca processos de reflexão e ação conscientes. Sendo assim, a alusão feita pela docente 4 nos leva a refletir acerca do papel da formação, especificamente o da disciplina de ética, que não consegue romper completamente com os (des)valores introjetados acriticamente pelos alunos, mas cumpre ou pelo menos deveria cumprir o papel fundamental de gerar tensões e reflexões, nos mostrando a realidade para além das “correntes” que nos envolvem, que mistificam a realidade e nos afasta da nossa essência humana. Desta forma,

ao compreendermos a formação profissional como espaço de formação mais ampla do ser humano numa lógica não mercadológica, mas sim de totalidade, podemos afirmar a existência de um vínculo orgânico entre projeto profissional, projeto de educação e de universidade e projeto societário. Vínculo orgânico que não se estabelece no cotidiano de modo mecânico, mas mediado por um conjunto de questões e interesses que devem sinalizar para a defesa de uma educação que supõe formar pessoas para a vida, para o mundo e não somente para o exercício profissional; e, para tanto, pressupõe o fomento do pensamento crítico que possibilite uma ação reflexiva e competente (Sousa *et al.*, 2013, p. 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o avanço nas duas últimas décadas acerca da dimensão ética na formação em Serviço Social, que aponta para uma formação que se pautar nos fundamentos da ontologia do ser social, que tem como diretriz valorativa a liberdade plena e a emancipação humana.

Garantir os fundamentos ontológicos em todo processo da formação em Serviço Social é justamente um dos maiores desafios que estão postos na atualidade, pois apesar das inúmeras conquistas, pudemos ratificar por meio da análise dos dados da nossa pesquisa, que o ideário neoliberal também avança e invade a profissão, com fortes investimentos para romper com os valores civilizatórios, que tendem para a valorização de compreensões estritamente subjetivas, para a mistificação da compreensão de liberdade e para um esvaziamento das capacidades críticas.

Por essas razões, para os profissionais de Serviço Social a reflexão ética possui uma relevância específica, que se torna ainda maior quando a questão profissional é situada num contexto como o da sociedade brasileira, que é permeada por inúmeras formas de violência, opressão, alienação e injustiça, em que existe um caldo cultural historicamente conservador, elitista e excludente, que restringe tendências renovadoras e progressistas.

Como já explicitamos no decorrer do trabalho, a concepção de ética apreendida pelo Serviço Social está em um constante processo de tensões e disputas, o que nos leva a reforçar que durante o processo formativo é necessário um direcionamento social, que se aproprie dos “princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico” (Iamamoto, 2006, p. 6), que tenha como objetivo a emancipação humana e que prepare os discentes para enfrentar as questões éticas que perpassam o cotidiano profissional, mediante processos que estimulem a reflexão crítica, de tal forma que se oponha à ideologia contemporânea neoconservadora, que vem invadindo ferozmente a formação profissional, incentivando uma visão ahistórica, focalista e pragmática, que visa a manutenção do modo de produção capitalista e suas contradições.

Observamos também uma realidade nacional já sinalizada pelo Projeto ABEPSS Itinerante (2013), que é a dificuldade do corpo discente acerca da leitura crítica da realidade, apresentando obstáculos para a compreensão das razões sócio-históricas, que se expressa na percepção valorativa, na qual diversas formas de opressão, violência e desrespeito aos direitos humanos vêm sendo naturalizados.

Diante de tais impasses, torna-se cada vez mais desafiante assegurar a transversalidade da ética na formação profissional, devido a esse processo massivo de precarização dos aspectos materiais necessários para uma boa formação profissional que é expressão das relações sociais barbarizadas. Por isto, torna-se fundamental e necessária uma profunda relação entre os conteúdos formativos numa perspectiva de totalidade, de forma que a ética não seja tratada apenas em uma disciplina, mas sim em todo processo de formação.

Nesta perspectiva, só alcançaremos tal nível de educação à luz de uma necessária formação ética, que é pressuposto essencial para o desvelamento refletido acerca das escolhas individuais, bem como das opções profissionais, com a capacidade de se posicionar criticamente acerca das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Sendo assim, a dimensão ética não pode se deter a uma disciplina, mas deve ser fonte ampla e contínua durante todo o processo de formação em Serviço Social. Fonte essa que não se esgota na formação, mas que se faz presente na totalidade das esferas sociais, e que se mostra mais necessária do que nunca para um posicionamento crítico e para a radicalização de valores que se pautem na plena realização da genericidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/ CEDEPSS – **Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996;

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Considerações sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais**. In.: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis/ Dilsea A. Bonetti (org.)... [et. al.] – 9. ed. – São Paulo, Cortez, 2008;

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. In.: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011;

_____. **Código de Ética do/ a Assistente Social comentado** / Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012;

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2);

BERMAN, Marshall. 1940 – **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade** / Marshall Berman; [tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1986;

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987;

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013;

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993;

CFESS Manifesta. **Sem Movimento não há liberdade**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_campanhagestao_SITE.pdf>;

CONTE, Giuliano. **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo**. Milão – Itália: Editorial Presença, 1976;

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 – **O estruturalismo e a miséria da razão** / Carlos Nelson Coutinho; posfácio de José Paulo Netto – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010;

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Coleção Vozes de Bolso);

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional**. In.: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis/ Dilsea A. Bonetti (org.)... [et. al.] – 9. ed. – São Paulo, Cortez, 2008;

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 40. ed. – São Paulo: Cortez, 2014;

FALEIROS, Vicente de Paula. 1941 - **A política social do estado capitalista** / Vicente de Paula Faleiros. - 8. ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2000.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social**: exigências atuais. In.: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009;

LESSA, Sérgio. **A vida e a obra de George Lukács**: uma Introdução à filosofia marxista. (Sem data, sem local de edição e sem editor). Obra Mimeografada;

LUKÁCS, Georg. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968;

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978;

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. In: K. Marx e F. Engels, Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Vitória, 1956, v.1;

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981;

_____. **Crise global contemporânea e barbárie**. In.: Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1995;

_____. **Transformações societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In.: Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50 1996;

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In.: Capacitação em Serviço Social e Política Social – módulo 1 – Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999;

_____. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64/ José Paulo Netto - 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2009;

_____. **Crise do capital e consequências societárias.** In.: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2012;

PAIVA, Beatriz Augusto de. **Algumas Considerações sobre Ética e Valor.** In.: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis/ Dilsea A. Bonetti (org.)... [et. al.] – 9. ed. – São Paulo, Cortez, 2008;

SANTOS; Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro/** Josiane Soares Santos. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v. 132);

_____. **Particularidades da “questão social” no Brasil:** mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In.: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2012;

SOUSA, Adrianycy Angélica de. **Pós-modernidade:** mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo. / Adrianycy Angélica de Sousa – Recife (PE), 2004;

SOUSA, Adrianycy de; SANTOS, Silvana Mara dos; CARDOSO, Priscila. **Ética e Serviço Social:** um itinerante a caminhar. In.: Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília-DF – Ano 13 – n. 25 – Jan./Jun. 2013;

TONET, Ivo. **Modernidade, Pós-Modernidade e Razão.** In.: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/ Modernidade e pós-modernidade. Ano V., n.10, jul./dez., 2005. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006;

VINAGRE, Marlise; PEREIRA, Tania Maria Dahmer. **Ética e Direitos Humanos.** In.: 4º Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores. Brasília: CFESS (2ª ed.), 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: CARTA DE APRESENTAÇÃO ENTREGUE ÀS INSTITUIÇÕES



**Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social-SER**

SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Vimos por meio desta, pedir gentilmente, a liberação institucional para realização de Pesquisa com Coleta de Dados para fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal”** da aluna Beatriz Rodovalho Amaral matriculada regularmente no curso de Serviço Social da UnB sob o número 10/0025978.

O objetivo da pesquisa é analisar como a disciplina de ética é tratada nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal. O público alvo da pesquisa são docentes e discentes do curso de Serviço Social. Destacamos ainda que os procedimentos para a coleta de dados respeitará e resguardará todos os procedimentos éticos necessários. A coleta de dados dar-se-á por meio da aplicação de questionários que será realizada com docentes e discentes. No que se refere a este último, participarão da amostra alunos que estão cursando a disciplina e alunos que já a cursaram, que poderão manifestar-se livremente quanto sua anuência ou não a pesquisa. Os entrevistados também serão orientados quanto ao Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento para a realização das entrevistas. O sigilo e o conteúdo das entrevistas realizadas com as assistentes sociais serão resguardados e após a análise, os dados coletados serão descartados. A pesquisa também contempla um levantamento documental das ementas e planos de ensino das disciplinas.

Dessa forma, pedimos a anuência institucional para que a discente possa ter acesso aos docentes, discentes e realizar as entrevistas que são fundamentais para a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Cientes de contar com a colaboração institucional, agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, reading "Adrianyc de Sousa". The signature is written in a cursive, flowing style.

Profª Drª Adrianyc de Sousa - Orientadora da pesquisa

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ fui convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal, que é parte do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Beatriz Rodovalho Amaral do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, sobre a orientação da Profª Dra. Adrianyce Angélica S. de Sousa.

Será utilizado um instrumental de coleta de dados que será um roteiro de entrevista. As respostas dos participantes serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase da pesquisa. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados.

O entrevistado (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o referente trabalho e sua participação.

Adrianyce Angélica S. de Sousa

Nome da Orientadora

Beatriz Rodovalho Amaral

Nome da Orientanda

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar da pesquisa proposta, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

Brasília, ____ de _____ de 2013.

E-mail: beatrizamaral76@yahoo.com.br

Telefone: (61) 8196-4779

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS DOCENTES



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Discente: Beatriz Rodvalho Amaral – 10/0025978

Orientadora: Prof. Dr^a Adrianyce de Souza

A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal

- Instituição: _____
- Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino
- Orientação Sexual:

Homossexual ☐ Bissexual ☐ Heterossexual ☐ Transgênero ☐ Travesti ☐ Outra _____

1. Você é praticante de alguma religião? ☐ Sim ☐ Não

2. Se sim, qual? _____

3. Você conhece as diretrizes curriculares de 1996?

☐ Sim ☐ Não

4. Como a ética é tratada a partir das diretrizes?

5. Na sua avaliação o curso de serviço social dessa instituição garante estas diretrizes no que se refere ao conteúdo da dimensão ética?

☐ Sim. De que forma?

☐ Não. Por quê?

6. Na sua avaliação, além da disciplina, quais outros componentes curriculares tratam deste conteúdo?

7. Qual o referencial teórico-metodológico que você utiliza para a construção da disciplina?

8. Por que você avalia que esse referencial é importante para o debate da dimensão ética?

9. Quais os desafios e dificuldades que você identifica para tratar este conteúdo na formação em serviço social hoje?

10. Você considera que este conteúdo é importante para a formação e para o exercício profissional?

☐ Sim. Por quê?

☐ Não. Por quê?

11. Quais são as suas expectativas em relação ao impacto da disciplina sobre a visão de mundo dos discentes?

APÊNDICE 4: QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS ALUNOS QUE ESTAVAM CURSANDO A DISCIPLINA DE ÉTICA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Discente: Beatriz Rodovalho Amaral – 10/0025978

Orientadora: Prof. Dr^a Adrianyce de Souza

A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal

➤ Semestre: _____

➤ Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

➤ Orientação Sexual:

Homossexual ☐ Bissexual ☐ Heterossexual ☐ Transgênero ☐ Travesti ☐ Outra _____

1. Você é praticante de alguma religião?

[] Católica

[] Protestante

[] Kardecista

[] Adventista

[] Umbandista

[] Candomblecista

[] Espirita

[] Hinduísta

[] Budista

[] Judeu

[] Muçulmano

[] Não possui

[] Testemunha de Jeová

Outra _____

2. Se sim para o item anterior, responda:

A sua religião influenciou, de alguma forma, na escolha do curso de Serviço Social?

☐ Sim

☐ Não

3. Até o momento você identifica algum tensionamento entre a sua formação em serviço social e seus valores?

4. Você considera que a dimensão ética é importante para a sua formação? Por quê?

5. O que você entende por ética e moral?

6. O que é liberdade para você?

7. Você considera que seja possível ser verdadeiramente livre na atualidade?

Sim ☐

Não ☐

APÊNDICE 5: QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS ALUNOS QUE JÁ HAVIAM CURSADO A DISCIPLINA DE ÉTICA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Discente: Beatriz Rodovalho Amaral – 10/0025978

Orientadora: Prof. Dr^a Adrianycy de Souza

A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal

➤ Semestre: _____

➤ Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

➤ Orientação Sexual:

Homossexual ☐ Bissexual ☐ Heterossexual ☐ Transgênero ☐ Travesti ☐ Outra _____

1. Você é praticante de alguma religião?

- | | |
|--|---|
| ☐ Católica | ☐ Protestante |
| ☐ Kardecista | ☐ Adventista |
| ☐ Umbandista | ☐ Candomblecista |
| ☐ Espírita | ☐ Hinduísta |
| ☐ Budista | ☐ Judeu |
| ☐ Muçulmano | ☐ Não possui |
| ☐ Testemunha de Jeová | Outra _____ |

2. Se sim para o item anterior, responda:

Os valores religiosos influenciaram na escolha do curso? ☐ Sim ☐ Não

3. O que você entende por ética e moral?

4. Qual é o valor ético central do projeto ético-político profissional?

5. Você considera que a dimensão ética é importante para sua formação? Por quê?

6. Você localiza o debate da dimensão ética em outros espaços da formação (outras disciplinas, atividades, estágio, etc)? Onde? ☐ Sim ☐ Não

5. Até o presente momento você encontra dificuldade em se posicionar a partir dos valores defendidos pela profissão?

☐ Sim. Por quê?

☐ Não. Por quê?

7. O que é liberdade para você?

8. Você considera que seja possível ser verdadeiramente livre na atualidade?

Sim ☐ Não ☐